



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

### **SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR** Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS**

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 27 de Maio de 2026

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Bom dia a todos. Presentes os Vereadores Gilberto Nascimento e Ana Carolina Oliveira, há número legal. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 12ª Audiência Pública Semipresencial desta Comissão no ano de 2026, convocada para hoje, 27 de maio.

Esta audiência tem como objetivo debater o Projeto de Lei 299, de 2026, do Executivo – Ricardo Nunes, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027 – LDO 2027”. Esta é a 2ª Audiência Pública Temática, com a pauta “Participação Social; Orçamento Cidadão; Conselho Participativo Municipal”.

Informo que esta reunião está sendo realizada de forma semipresencial no auditório Prestes Maia, por meio do aplicativo Microsoft Teams, e é transmitida ao vivo na página Auditórios Online, do *site* da Câmara Municipal de São Paulo, bem como pelos seus canais do YouTube e do Facebook.

O convite para esta audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 6 de maio e foi publicado nos jornais *O Estado de S. Paulo*, nos dias 8 e 22 de maio, e *Folha de S. Paulo*, no dia 11 de maio de 2026.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal da cidade de São Paulo, no dia 27 de maio de 2026, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audiencia-publica-virtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audiencia-publica-virtual). As inscrições serão encerradas após o pronunciamento das autoridades.

Foi convidado para esta audiência o Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal de Fazenda, que será representado pela SEPLAN, conforme *e-mail* recebido. Eu gostaria de saber se o Sr. Luis Felipe Vidal Arellano está presente. Não está?

Também foi convidado o Sr. Clodoaldo Pelizzoni, Secretário Municipal de Planejamento e Eficiência, da SEPLAN, representado pelo Sr. Fabricio Augusto, Secretário Adjunto de Planejamento e Eficiência, e pela Sra. Arianne Maris Gomes Lacerda, Coordenadora de Planejamento do Orçamento Municipal. Venham fazer parte da nossa Mesa.

Foram convidados, ainda, o Sr. Domingos Dissei, Conselheiro Presidente do Tribunal

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 2 DE 57

de Contas do Município de São Paulo, todos os Vereadores da Casa e a sociedade civil em geral.

Quero pedir, também, que integrem a Mesa, conosco, a Sra. Luzia Monteiro, do Instituto Macambira, para representar a sociedade, e a Sra. Vanessa Bianchi, representante da Casa Civil.

Anuncio a presença do nosso Vereador Silvinho Leite.

Quero saber se vão querer falar agora ou depois das falas.

**O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS** – Presidente, nós, da mesma forma, temos uma apresentação rápida, que eu acho que é importante.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Está bom. Então, vamos ver a apresentação de vocês, para já começarmos a liberação da sociedade civil para falar.

**O SR. FABRICIO AUGUSTO DOS SANTOS REIS** – Primeiramente, bom dia a todos. Objetivando e oportunizando a discussão, vamos passar por uma apresentação rápida, como foi feito nas duas primeiras audiências, de modo a clarificar um pouco o tema da nossa audiência, que é: “Participação Social; Orçamento Cidadão; Conselho Participativo Municipal”.

Vou pedir para a nossa Coordenadora Arianne Lacerda fazer a apresentação. Depois, ficamos à disposição, para escutar as contribuições.

**A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa. Estamos na terceira audiência sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027. Então, a primeira foi geral. A gente apresentou os grandes números e a estrutura da LDO. Na semana passada, a gente conversou sobre a regionalização e os remanejamentos orçamentários. O tema de hoje é sobre a participação social e o Orçamento Cidadão.

Como na semana passada, eu vou fazer uma apresentação falando da estrutura orçamentária e do ciclo das três peças, não só da LDO. Por mais que a audiência hoje seja da LDO, o tema do Orçamento Cidadão acontece na LOA, que é a nossa Lei Orçamentária Anual, que vai ser construída nos próximos meses e debatida nas audiências, em outubro, na Câmara.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA** – Então, quero apresentar para vocês,

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 3 DE 57

para quem ainda não conhece, o processo do Orçamento Cidadão. O Orçamento Cidadão, como eu falei, é o processo de participação social que acontece no momento da elaboração da Lei Orçamentária Anual, que é, de fato, a estrutura, a peça orçamentária que vai fixar as despesas.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Peço só um minutinho, Sra. Arianne.

Pessoal, está havendo uma apresentação aqui. Há um pouquinho de barulho, às vezes, interferindo na fala da representante do Governo. Então, é importante que ouçamos. Senão, não há sentido, por favor. Obrigado.

Desculpe.

**A SRA. ARIANE MARIS GOMES LACERDA** – Obrigada, Vereador. Então, o Orçamento Cidadão acontece, como eu falei, na Lei Orçamentária Anual. A gente está começando a construção da Lei Orçamentária de 2027 na Prefeitura e a gente acabou de passar pelo ciclo das audiências públicas. Eu vou mostrar o calendário, mas é importante a gente inclusive apresentar, para contar como se dá a participação nesse processo.

A Lei Orçamentária é onde se fixam, de fato, as despesas. Então, é na Lei Orçamentária, que vai ser construída nos próximos meses, que a gente consegue ver quanto está indo para a saúde, para a construção de UBSs, para a manutenção dos CRASs e para todos os outros serviços que a Prefeitura tem.

A LDO, que é a peça que a Câmara está analisando agora, traz diretrizes mais amplas sobre o orçamento. Ela fala sobre previsão de receita, metas fiscais e traz alguns dos investimentos prioritários. A legislação não coloca aquela peça que já determina para onde vai todo o recurso; ela traz esse direcionamento mais macro, para a gente trabalhar a elaboração da LOA.

Quais são os espaços que atualmente a gente tem na Prefeitura de São Paulo, de participação social? Então, a gente tem as audiências públicas. Na época da elaboração da Lei Orçamentária Anual, nós realizamos audiências públicas regionalizadas nas 32 subprefeituras. A gente tem um portal em parceria com a Casa Civil. O portal é da Casa Civil, onde acontece o processo também de participação social do orçamento. O Participe+ é a plataforma que recebe

as contribuições da população durante o processo orçamentário e o Participe+ é mais amplo. Então, ele tem vários outros processos participativos, não só o orçamentário. A gente também tem na estrutura da Prefeitura os conselhos participativos municipais, que são representantes que são eleitos em cada uma das 32 subprefeituras. Eles têm uma série de competências no território, inclusive a participação no processo do Orçamento Cidadão.

Aqui, ficou um pouquinho pequeno, mas vou contar para vocês a linha do tempo do Orçamento Cidadão. Então, ele começa lá, em 2020, quando ainda estávamos na pandemia. Foi o primeiro ciclo de audiências. Ele foi *on-line*, por questão da pandemia, e foi criado o processo participativo na LOA. Quando ele foi criado, foi em uma estrutura em que a gente coletava as propostas de toda a sociedade. Isso era analisado pelas secretarias e incorporado no orçamento, mas a gente ainda não tinha um recurso carimbado para o processo participativo. Lá, em 2020, ele já surge e tem uma grande mobilização. Então, no primeiro ano, foram mais de 43 mil votos recebidos no processo.

Aí, ele foi sendo aprimorado ao longo dos anos. Durante 2021 e 2022, ele foi sendo aprimorado. A gente começou a fazer, por exemplo, reuniões devolutivas. Então, no primeiro semestre do ano, a gente faz as audiências para coletar as propostas e, no segundo semestre, as audiências devolutivas para contar o que foi viável, o que foi inviável e por que é inviável.

Em 2024, houve mudanças importantes no processo. A gente inverteu uma das etapas. Eu acho que quem participa mais ativamente do Orçamento Cidadão sabe que a etapa da análise de viabilidade é uma das mais importantes no ciclo. É quando a Secretaria analisa qual foi a proposta que veio da sociedade civil e diz se ela é viável ou não, tecnicamente, juridicamente e pelo tempo, também. A gente está falando de compromissos de um ano de execução. Antes, todas as propostas eram enviadas para as secretarias analisarem. Isso levava mais tempo e nem sempre a gente conseguia uma análise mais detalhada. Em 2024, a gente inverte o processo, para primeiramente priorizar as propostas e mandar um conjunto daquelas que já foram priorizadas para essa análise ser mais detalhada e poder estar mais aderente à realidade.

Foi em 2024 que a gente teve uma mudança importante durante a elaboração do que seria o orçamento para 2025, que foi determinar uma parte do orçamento para o orçamento participativo. Então, a partir de 2025, o Orçamento Cidadão começou a contar com 320 milhões exclusivamente destinados por meio do processo de participação social, sendo 10 milhões por subprefeitura. Então, o ano passado foi o primeiro ano em que a gente teve no Orçamento Cidadão um recurso carimbado e exclusivo, que não pode ser utilizado para outra coisa. Isso trouxe uma necessidade de a gente qualificar o monitoramento, porque as pastas, as secretarias como um todo, têm uma responsabilidade maior em prestar contas, já que é um recurso adicional ao orçamento delas. Não é aquele recurso ordinário.

Agora, em 2026, a gente está no segundo ano de implementação, com os 10 milhões de reais. A gente passou por um processo recente, também, de ajustes no processo participativo. Foi publicado numa portaria da SEPLAN, recentemente, e esses ajustes foram feitos para que os conselhos participativos municipais tenham um papel mais ativo durante o processo da seleção das propostas.

Aqui, quero mostrar brevemente o calendário deste ano. Então, esse é o calendário de como vai se dar o processo de participação para a Lei Orçamentária de 2027. A gente já passou pela etapa 1, que é a recepção das propostas e das audiências públicas. Foram 32 audiências públicas e as propostas foram coletadas no Participe+. Estou falando do processo da LOA, não é?

Então, voltando, agora, a gente está no momento em que as propostas vão ser priorizadas pelos CPMs. Cada subprefeitura tem os seus conselheiros. Eles estão analisando as propostas, tanto as que foram enviadas no Participe+ como as coletadas nas audiências. Depois, as propostas priorizadas vão para a análise das secretarias. É aí que a Saúde vai olhar e vai falar, assim: “Bom, será que dá para construir essa UBS nesse prazo? Não dá, nesse terreno específico?” Isso é para todas as propostas priorizadas pelos conselheiros.

Depois, a gente tem uma fase de recurso. Aí, o que foi priorizado e totaliza os 10 milhões vai ser incorporado na LOA. Então, quando a gente mandar a peça da proposta

orçamentária de 2027 para a Câmara, no dia 30 de setembro, vai haver os 320 milhões alocados nas 32 subprefeituras. Na sequência, a gente tem etapas das audiências devolutivas e do monitoramento que acontece durante o ano seguinte.

Aqui, só quero mostrar as datas das audiências. Foram 32 audiências, como eu falei, sempre às 6h30. A gente evitou fazê-las às sextas-feiras, porque a gente percebeu que em outros anos elas eram mais esvaziadas. As audiências estão gravadas, disponíveis no YouTube. Então, para quem não conseguiu participar e quiser ver como foi a dinâmica no seu território, os vídeos estão lá, disponíveis. Há um *QR Code* aqui, em que vocês conseguem acessar os documentos, e as apresentações também estão todas disponíveis.

Em números gerais, a gente está falando de mais de 2 mil pessoas que participaram nas 32 audiências – 480 pessoas se inscreveram para fala e propuseram 944 compromissos para a Prefeitura. Se a gente soma isso com o que a gente recebeu no Participe+, da plataforma *on-line*, são mais de 3 mil contribuições. Aqui, há o destaque para as audiências da zona Leste, que tiveram a maior participação. Foram 973 pessoas.

Vou falar um pouco do que a gente está fazendo, neste ano, para aperfeiçoar o processo. Como eu disse, a gente está no segundo ano em que a gente tem um recurso específico destinado para o Orçamento Cidadão e a gente tem percebido a necessidade de ajustes.

Um deles foi uma demanda, inclusive, de algumas pessoas, porque, na plataforma Participe+, há uma funcionalidade de curtir e a gente prorrogou esse prazo, para que ele ficasse disponível por 10 dias a mais, para que as pessoas que propuseram as ações mais no final do processo não fossem prejudicadas.

A gente também construiu um painel dinâmico de monitoramento das ações do Orçamento Cidadão. Ele está disponível tanto no *site* da SEPLAN quanto no Participe+. Eu vou mostrar para vocês. Estamos também desenvolvendo um curso em parceria com a EMASP para qualificar a etapa de análise da viabilidade. Como eu falei, a análise de viabilidade é uma das principais etapas. É nela que as secretarias vão analisar o que foi proposto e vão ver se é

possível ou não, bem como qual é o valor estimado.

Então, a gente vai fazer esse curso nas próximas semanas com todos os órgãos que receberam propostas e também há o monitoramento desde o ano passado. A gente começou, no ano passado, a fazer o monitoramento em um sistema de monitoramento e acompanhamento estratégico da Prefeitura e a gente o tem consolidado. A gente fez alguns ajustes, neste ano, para que o monitoramento seja mensal e a gente consiga melhorar e qualificar as informações que são prestadas.

Quero também mostrar para vocês o Caderno do Orçamento. Essa é uma peça superimportante. Falando em participação social, a gente sabe que o orçamento é uma peça bastante técnica e, às vezes, é em uma linguagem complicada. O Caderno do Orçamento, na verdade, é a LOA, a nossa Lei Orçamentária, em uma linguagem mais simples. Então, ele traz os principais números da Lei Orçamentária e conta como ela é feita, como é a estrutura do orçamento, de onde vem o dinheiro. Aí, eu quero mostrar o Painel e, rapidamente, o Caderno.

Esse é o *site* da SEPLAN, a nossa Secretaria de Planejamento e Eficiência. Há uma aba de orçamento e, se vocês clicam no orçamento e, depois, em Caderno do Orçamento, está disponível o Caderno. É só clicar. Aí, abre a Lei Orçamentária nessa linguagem cidadã, explicando todo o processo e apresentando os principais dados orçamentários da Prefeitura. Esse instrumento é bastante interessante para divulgar e compartilhar. Então, ele fala das três peças e depois traz os principais valores. Como a gente está em um ano em que têm vigência a LOA e também o Plano Plurianual, lá, no final, ele fala sobre o orçamento dos quatro anos do Plano Plurianual.

O outro *link* que eu quero mostrar para vocês é o Painel de Monitoramento do Orçamento Cidadão. Então, com o Orçamento Cidadão, a gente sempre prestou contas na plataforma Participe+ e a gente continua prestando contas nessa plataforma, mas, agora, é por meio de um painel que a gente consegue visualizar. Dá para escolher a subprefeitura, ali em cima. Então, você pode escolher uma das 32 subprefeituras e ver a lista dos compromissos que estão vigentes. Clicando no compromisso, dá para ver qual é o valor, qual é o órgão responsável,

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 8 DE 57

qual é o *status*. A gente teve uma atualização desse dado e um detalhamento do monitoramento.

São dois painéis, porque a gente tem dois ciclos do Orçamento Cidadão vigentes, o de 2026, que é o de agora, e o de 2025, porque nem todos os compromissos foram concluídos. Então, a gente ainda tem uma parte de orçamento sendo executada. Este é o de 2026 e o de 2025 também está disponível lá, na plataforma Participe+.

Esses *links* estão aqui, se alguém tiver interesse. Não sei se a Câmara divulga, depois, o material, mas também tem o *hyperlink*.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Sra. Ariane. Sr. Fabricio, quer falar agora? Não, não é?

Eu vou abrir a fala para o meu companheiro, o Vereador Silvinho Leite. Vai ter de sair e vai deixar umas perguntas. Fique à vontade.

Anuncio, também, a presença do Vereador Marcelo Messias.

**O SR. MARCELO MESSIAS** – Obrigado.

**O SR. SILVINHO LEITE** – Obrigado, Presidente. Bom dia a todos e a todas. Bom dia ao nosso público que nos acompanha, aqui, hoje.

Como foi marcada, hoje, também, no mesmo horário, essa reunião com o Executivo, eu quero deixar duas questões só, tanto para o Planejamento quanto para a Fazenda, apesar de o Sr. Arellano não ter vindo ainda. As demais eu vou deixar por escrito e, se eu não voltar, ainda, a tempo de acabar, e puderem me responder depois, eu agradeceria. Porém, duas eu vou deixar prontas, aqui.

Considerando, pelo PPA, o Índice de Distribuição Regional do Gasto Público, o IDRGP, que estabelece as distorções entre o planejamento referente às vulnerabilidades territoriais e a alocação dos reais recursos, eu gostaria de saber dessa distorção que está havendo, porque no índice aparecem os bairros com maior vulnerabilidade com os maiores índices de investimento. O que temos visto no atual orçamento não é isso. Então, eu gostaria que vocês me dissessem o que nós estamos preparando na LDO de 2027, para se aproveitar na



Sra. Luzia Monteiro.

**A SRA. LUZIA MONTEIRO** - Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, os Vereadores e os cidadãos presentes, como eu.

Falamos em nome da instituição que é o Instituto Macambira, integrante da frente de luta em defesa da pessoa idosa. Essa é a primeira questão.

Nesta segunda audiência temática para debater o PL 299, a LDO 2027, nós estamos tratando, neste momento, da participação social, do Orçamento Cidadão e do Conselho Participativo.

Então, a primeira questão que eu gostaria de colocar é: a LDO, Lei de Diretrizes Orçamentária, nos arts. 3º e 4º, traz a participação popular como um princípio amplo, visando aprofundar uma gestão descentralizada que garanta, inclusive, a visibilidade e os direitos da população idosa. Onde isso está? Isso está no art.4º. Depois, nós temos a Lei Orgânica do Município. Quero chamar atenção para os artigos 2º, 8º, 9º, 81 e 143, que sedimentam que a participação cidadã é uma imposição permanente, descentralizada e deliberativa, em todas as fases e políticas do planejamento orçamentário. Eu queria frisar isso. Contudo, o que vemos, na prática da gestão municipal, é um jogo de faz de conta e da inclusão *pro forma*.

A participação popular real vem sendo afunilada e reduzida quase que, exclusivamente, ao Orçamento Cidadão. Embora o Orçamento Cidadão seja um instrumento válido, ele possui características muito específicas e recortadas vinculadas ao Conselho Participativo Municipal. Estou falando isso porque eu estou participando desde 2024 e venho acompanhando isso. Reduzir a soberania do povo a esse formato engessado é ignorar o art.4º, inciso III do PL que está nesta Casa, neste momento, que exige a participação em todas as políticas públicas. É por causa desse afunilamento que demandas macroestruturais urgentes, como as da população idosa, sofrem de uma invisibilidade orçamentária crônica. A população fala nas audiências, mas a sua voz não se reflete em dotações reais na peça orçamentária final.

Finalizando. Para romper essa barreira e construir uma arquitetura de participação real, a Lei Orgânica instituiu há 36 anos, nos artigos 54 e 55 - está aqui a Lei Orgânica do

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 112

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 11 DE 57

Município -, os conselhos de representantes por área administrativa, leia-se hoje 32 subprefeituras. Esse é o elo perdido de nossa democracia participativa e esses conselhos devem ser implementados e vinculados ao Poder Legislativo, não é o Executivo, como legítimo instrumento de fiscalização e elaboração das Diretrizes Orçamentárias na ponta.

A Câmara Municipal gere um orçamento anual de 1,3 bilhão; porque nós estamos falando da cidade, 137 bilhões, com uma renúncia fiscal de 44 a 47 bilhões. Então nós temos que abaixar essa conta para saber realmente o que temos na mão. Recursos não faltam. O que falta é prioridade política.

É inadmissível que o PPA 2026/2029, no novo programa que ele colocou, Programa 4005, a descrição das ações que garantiu o financiamento e a implementação dos conselhos de representantes, tenha sido simplesmente apagada, enquanto 30 milhões de reais para a comunicação e publicidade institucional foram aprovados.

Conclusão. Portanto, finalizo deixando uma cobrança e uma proposta concreta à Mesa Diretora e aos Relatores.

Aproveitando as eleições gerais de 4/10/2026, a Câmara deve firmar convênio com a Justiça Eleitoral, nos termos da Lei Municipal aprovada, nº 13.881, utilizando a logística das urnas eletrônicas para eleger os conselhos de representantes em todas as subprefeituras, com o apoio técnico da Escola do Parlamento. É para isso que temos uma Escola do Parlamento, na Casa, funcionando. Eu vou deixar isso por escrito para todos e, ao mesmo tempo, estamos propondo algumas emendas para colaborar com a relatoria. Só quero chamar atenção para a Lei nº 13.881 e garantir que isso saia do papel. É isso.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** - Obrigado, Luzia. Declaro encerradas as inscrições. Tem muita gente, não sei se vai dar para todo mundo falar. Nós temos mais de 40 pessoas inscritas.

Eu vou fazer uma apresentação agora e vamos fazer alguns questionamentos, em seguida abro aos inscritos.

Gente, eu vou falar um pouquinho a respeito do que foi dito aqui agora sobre o

Orçamento Cidadão.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** - Tem uma apresentação que está passando agora na tela, referente aos 10 milhões que cada subprefeitura tinha do Orçamento Cidadão. Movimentamos os conselhos para votar para montar o Conselho Participativo. Depois, foi destinado um orçamento para implantarmos nas subprefeituras e desse total eram 320 milhões, o valor que daria 100%.

Aí vocês percebem que tem um orçamento de 320 milhões. Orçamento atualizado hoje. Seriam 199.987.949,36 centavos, que daria 62%. Até 31/12/2005, só 57 milhões 740 mil que foram implantados, o que equivale a 18%. E até a data que nós fizemos, 25/05, só 35% deste orçamento foi aplicado.

Por que estou falando isso? Porque estamos discutindo o Orçamento Cidadão e eu estou alertando vocês porque é importante entender, porque assim, todas as subprefeituras tinham um orçamento de 10 milhões.

Próxima tela, por favor. A subprefeitura que menos aplicou foi a que mais precisava de orçamento público: a Subprefeitura da Cidade Tiradentes, que aplicou somente 0,1% do orçamento, que foram só 5.024,59 reais.

Olha o que estamos falando. Movimentamos um conselho para participar do orçamento da cidade, mas esse orçamento não é aplicado na sua região.

A segunda subprefeitura, até tivemos uma reclamação de uma pessoa que esteve aqui conosco, Subprefeitura da Mooca, 193 mil reais, de 10 milhões.

A terceira Subprefeitura, Capela do Socorro, 232 mil reais, de 10 milhões. E aí por diante. Mas, temos que elogiar quem mais aplicou, Subprefeitura da Cidade Ademar, aplicou 7 milhões, dos 10 milhões. Eu estou falando isso porque precisamos que esse orçamento seja vinculado, impositivo. Quando se aprova esse orçamento na subprefeitura, do Orçamento Cidadão, que os 10 milhões sejam realmente impositivos. E isso porque movimentamos uma eleição, as pessoas participam da eleição a fim de participarem do orçamento da cidade e

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 13 DE 57

quando chega no final, esse orçamento não é aplicado segundo a determinação da participação da população, que são os conselhos, que sabem realmente o que acontece na sua comunidade.

Então, queremos realmente e estou abrindo aqui e falando, porque precisamos que esse orçamento, Vereadora Ana Carolina, nossa Relatora, seja impositivo. Por que destinamos 10 milhões e esses 10 milhões não são aplicados na subprefeitura? Estamos falando de várias demandas que ouvimos todos os dias e acabamos não vendo as demandas sendo realizadas nas subprefeituras. Estou falando de um bairro como Cidade de Tiradentes, que precisava muito da política pública.

Então eu gostaria muito que tivéssemos esse orçamento, que a população participasse, que ele fosse impositivo e que realmente chegasse aonde tem que chegar. Essa é a nossa forma de tentar fazer a descentralização do poder. Hoje o poder está centralizado. Como que um secretário vai determinar onde tem que ser o orçamento da Cidade de Tiradentes? Como vai saber onde tem que ser aplicado, por exemplo, no Jardim Ângela, Cidade de Ademar, Brasilândia? Temos muitas demandas, e precisamos que esse orçamento chegue e é dessa forma que nós queremos.

Então queria só fazer uma apresentação muito rápida. Está aqui e quem quiser pode pegar conosco. Está montada. Eu não vou falar tudo, para não tomar muito tempo, mas precisamos que esse orçamento seja impositivo. Que chegue aonde os conselhos estão determinando, para implantarmos tudo isso, onde a política pública tem que chegar que são nas bordas da Cidade Tiradentes, por exemplo, que foi um valor irrisório aplicado lá.

Obrigado. Era só isso que eu queria apresentar, para tocarmos. Passo a palavra ao Sr. Tuca Munhoz, do Coletivo Cidade do Cuidado.

**O SR. TUCA MUNHOZ** – Bom dia. Sou Tuca Munhoz do Coletivo Cidade do Cuidado. Eu gostaria de falar de um tema que já foi pisado, repisado e rodado, a questão que tem tudo a ver com o orçamento e com o Plano de Metas da cidade, que são as calçadas da cidade.

Até agora não tenho visto nenhuma proposta concreta de encaminhamento no que se refere à melhoria da qualidade das calçadas da cidade. Eu gostaria de fazer uma, - quase que

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 14 DE 57

eu falo uma singela proposta, mas não é singela - proposta que eu espero seja ousada, que é iniciar um processo de longo prazo para que nós tenhamos um dia calçadas de qualidade, ou melhor, trajetos de qualidade na cidade de São Paulo. Não só calçada, não só piso.

Por isso eu proponho que nós pensemos e gostaria que ficasse registrado pela Mesa, uma estratégia que nós chamamos de trajetos do cuidado. Trata-se da requalificação de trajetos específicos, curtos, pequenos, pela cidade de São Paulo, sobretudo, principalmente, ligando equipamentos públicos de saúde com sistemas de transportes, seja pontos de ônibus ou outros sistemas de transporte: metroviário, ferroviário, terminais de ônibus. Então, pequenos trajetos e que comece em 2027, por exemplo ou até mesmo neste ano, a reformar esses trajetos pensando em toda uma elaboração de cuidado com os usuários desses trajetos, não só o piso, mas sombreamento, banheiros públicos, água, segurança, sobretudo para mulheres e meninas. Quem sabe daqui 50 anos tenhamos toda uma cidade do cuidado, começando com pequenos trajetos do cuidado e daqui 50, 80 anos venhamos a ter toda uma cidade do cuidado.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Sr. Tuca. Próximo Rafael Pirata.

**O SR. RAFAEL PIRATA** – Rapidamente, cumprimento a Mesa na pessoa do Sr. Presidente e todos Legisladores, cumprimento os funcionários públicos da cidade de São Paulo - algo que esta gestão não gosta de contratar muito -, e me coloco contra o genocídio da juventude pobre, periférica, todo cidadão.

O problema que nós estamos discutindo é participação. E o problema deste governo é não participação. Ele se acostumou a fazer discussão virtual. Então, virtualmente eu invento e as pessoas acatam. O problema do Participa+ é que você escreve, determina, porque temos a leitura técnica, tudo que eles quiserem falar, nós temos. Só que no Participa+ você não participa. Você pega a informação do outro, não tem a contrarresposta. Se isso aqui está cheio, significa que este governo não consegue falar com pessoas, mesmo trazendo esses dados que vocês trazem. Porque olha o problema: A LDO é uma técnica desenvolvida do orçamento. A LDO são Diretrizes do Orçamento. Isso significa que eu vou inventar lei para determinada coisa acontecer.

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 15 DE 57

Vocês já apresentaram o que estão construindo no orçamento. Como vocês estão construindo uma coisa, sendo que a diretriz está sendo tirada da população?

O problema mostra que o governo não gosta de ouvir e falar com as pessoas. Vamos colocar o filme de 100 mil de reais para o Bolsonaro e a Cultura da periferia apagada. Programas da Cultura, não estão sendo publicados. O VAI, que era de janeiro, que é importante para a cidade, estão publicando agora. Aí você pega o fomento da periferia, juridicamente, para os artistas, há uma insegurança jurídica neste governo. Por quê? Eles lançam o edital, você participa do edital, que é uma lei pública e a LDO, é uma lei pública que não vai rolar, rapaz. Infelizmente, o governo tem que aprender a ouvir chamar para construir. Lança a lei e, no meio, eles mudam as regras e daqui a pouco excluem as pessoas.

É um governo de bastidores. A Virada Cultura: por que não tem periferia, não tem preto, não tem artista PCD, não tem artista idoso? Porque o governo Ricardo Nunes tem um monte de denúncias e elas ficam caladas aqui nesta Câmara.

A cidade de São Paulo tinha um Secretário de Turismo com 380 milhões de reais, ele nem para ser um cara da hora, para dividir a grana, ele colocou a grana para uma instituição dele. Isso foi calado. Onde está a CPI da Cultura na cidade? Onde está a CPI na Câmara? Por que a Câmara não fala? Há dois, três Vereadores que batem, mas o restante fica em silêncio. Demitiu o cara, mas o problema é a grana pública. A grana do Bolsonaro, dos 100 milhões que já tínhamos denunciado lá atrás, que agora aparece e aí a cultura periférica não é audiovisual? Onde está o Hip-Hop, a cultura preta, cultura idosa, a cultura dos PCDs? Não é levar artista da indústria cultural da Globo para o cara ser assistido. Não é isso. É pegar o direito do artista a participar. Porque nós estamos falando de 138 bilhões de reais. Esses 10 milhões não discute o orçamento, coloca para discutir 10 milhões, mas são 138 bilhões do orçamento cidadão, porque não sai do bolso dos caras, sai do nosso.

Gratidão.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado. Próximo Luís Moisés dos Santos.

**O SR. LUÍS MOISÉS DOS SANTOS** - Boa tarde a todos e a todas. São Paulo discute

hoje uma LDO de 138 bilhões, mais ou menos, e quando falamos de orçamento, não estamos falando apenas de números. Estamos falando de prioridade humana, de dignidade, de quem vai ser visto e de quem vai invisível. O próprio PL diz que o orçamento precisa garantir justiça social, participação popular, transparência e redução das desigualdades territoriais.

Então, a pergunta que fica é: como isso vai chegar à ponta, às periferias, à juventude, à cultura, à assistência social e, também, às pessoas com deficiência?

O texto prevê mais de 6 bilhões de reais para a mobilidade, grandes obras viárias, corredores, pontes, terminais. De fato, isso é bem importante, mas acessibilidade não pode aparecer só como um detalhe técnico dentro das obras. A cidade precisa ser pensada para todas as pessoas desde o início.

O próprio anexo fala em calçadas acessíveis, Centros TEA, reformas de passeios públicos, requalificação urbana; mas ainda faltam metas mais claras para inclusão escolar, acessibilidade digital, tecnologia assistiva, mobilidade segura, audiodescrição, Libras, empregabilidade, autonomia. Porque inclusão não é um favor; inclusão é um planejamento.

Também é importante lembrar que a própria LDO fala em participação popular e controle social. Então, esta audiência pública não pode ser apenas um rito formal, mas precisa realmente influenciar...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.**

**O SR. LUÍS MOISÉS DOS SANTOS –** ... o orçamento da cidade, porque quando a periferia pública... O orçamento fica mais justo. Quando a cultura participa, a cidade fica mais humana. Quando a juventude participa, a cidade ganha um futuro. Quando a pessoa com deficiência também participa, a cidade aprende a não deixar ninguém para trás.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Sr. Luís.**

**O SR. LUÍS MOISÉS DOS SANTOS –** Não estamos pedindo um privilégio, mas uma coerência entre o discurso da lei e a vida real da população; que os bilhões previstos no papel sejam sentidos nas ruas, nos bairros, nos equipamentos públicos e, principalmente, na vida de quem mais precisa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Sr. Luís.

Após, será a Sra. Cida Costa, do CMI Fórum Centro.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Não, a dona Olga Quiroga é a próxima e vai falar logo após a senhora.

**A SRA. MARIA APARECIDA RIBEIRO COSTA** – Bom dia a todos e a todas.

Quero tirar uma dúvida que fiquei com a sua fala. Por que uma Comissão de Finanças e Orçamento não chamou o Secretário das Subprefeituras e os Subprefeitos que não investiram nas suas comunidades para uma audiência pública? Fiquei em dúvida sobre isso. Desculpe, mas fiquei com essa dúvida. (Palmas)

Constatamos que a Ação 4327, que se refere a políticas, programas e ações voltados aos direitos humanos – dentro dessas ações está o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e vários outros, como o da população negra. Estão todos dentro dessas políticas – e também a Ação 4334, que fala sobre a manutenção dos equipamentos da promoção da igualdade racial, estão zeradas. Entendemos que está tudo zerado.

Como ficam os atendimentos a nós, pessoas idosas? Essa ausência de rubricas não fere o Estatuto do Idoso, a Política Nacional do Idoso e a Política Nacional de Cuidados (Lei nº 15.069), que também fala sobre o Brasil que cuida?

Cidade Amiga do Idoso? Que Brasil é este que está cuidando de nós, pessoas idosas? Eu queria uma resposta, queria entender. Estou aqui para entender e aprender.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Dona Cida, a resposta para a pergunta que a senhora fez no começo: quem representa as Subprefeituras está aqui representado pela Casa Civil. Então, o representante foi convidado e está presente.

Depois da dona Olga, será a dona Cláudia Campelo de Oliveira, conselheira do CAPS Adulto Butantã.

**A SRA. OLGA LUÍSA LEON QUIROGA** – Bom dia a todos e a todas. Bom dia aos Srs. Vereadores, representantes da Mesa.

Novamente estou aqui porque solicitamos, fizemos vários pedidos, eu participo, não perco nenhuma reunião na Câmara já faz 30 anos, e a coisa não avança. Então, vim novamente pedir para vocês sobre a instituição de longa permanência de preferência grau III – voltada para a pessoa com deficiência, doença mental – pois infelizmente, nesta cidade, como há pouco cuidado com o idoso, muitos estão ficando demenciados e não têm para onde ir.

Outra coisa que queria propor: faz 65 anos que moro neste país e sempre falo que é um país lindo, maravilhoso, o melhor para se viver mesmo com toda a dificuldade; mas o povo brasileiro não sabe. Por que o povo brasileiro não sabe? Porque não gosta de participar. Eu fico feliz quando vejo esta Casa lotada com todos participando e deixando o público falar.

Muita gente fala que trabalha com idoso, e quando o idoso vai pedir qualquer coisa, fala assim: “Sente aí, cale a boca”. Não é por aí, não. Hoje, há muitos problemas sérios: não há habitação para idoso, a assistência social não funciona e a saúde está tão ruim que na última conferência do idoso... Não se vê atendimento para idoso em nenhum lugar.

Outra coisa: eu acho que os subprefeitos não deveriam ser nomeados. Os subprefeitos deveriam ser eleitos pelo povo, para trabalhar com o povo. (Palmas)

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, dona Olga.

Após a Cláudia, será a Luana Moraes Marcondes.

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA** – Bom dia. Mais uma vez, agradeço pela presença de todos na luta pelo respeito aos direitos humanos.

Eu gostaria de pedir a consideração do Presidente Ananias e da irmã Oliveira para que considerem os meus limites mundanos, porque passei como conselheira do CAPS Adulto Butantã este ano, com garra. Agora, vou explicar o porquê da minha intervenção sempre pela luta antimanicomial. Eu vou precisar ler, talvez passe no máximo dois minutos do tempo, mas peço consideração porque hoje é um dia voltado para a participação social, Orçamento Cidadão

e conselhos participativos.

Então, iniciando o porquê de a minha intervenção ser sempre pela luta antimanicomial: além de conselheira, sou paciente ativa do CAPS Adulto Butantã e estou sofrendo com alienação parental, porque a lei da reforma psiquiátrica não está sendo respeitada nas decisões segregativas do Fórum de Santana, onde está a minha causa. Então, para não me perder, vou ler, porque também tenho déficit de atenção.

A lei da reforma psiquiátrica é um movimento social, político e científico que substitui um modelo de isolamento em hospitais psiquiátricos e manicômios por uma rede de cuidados baseada na liberdade e na convivência comunitária.

No Brasil, é norteadada pela Lei Paulo Delgado (Lei nº 10.216/2001). O movimento é fundamentado em quatro pilares. O pilar jurídico-político assegura a cidadania, os direitos humanos e a autonomia do paciente. O pilar sociocultural busca a desconstrução do estigma social da loucura, promovendo a inclusão por meio da convivência com as diferenças e a economia solidária.

A transformação no atendimento prioriza que o paciente mantenha seus laços sociais e familiares afetivos tratando o sofrimento dentro da sua comunidade e respeitando a sua dignidade.

No caso da alienação...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – Peço consideração.**

No caso da alienação que estou passando, o Ministério Público está acatando um ataque depreciativo e sem fundamento, uma vez que estou bloqueada em tudo. Não tenho direito ao diálogo desde a decisão drástica de um conselheiro tutelar que retirou a minha guarda sem nem apurar acusações e considerar o meu lado de mãe.

Eu perdi também o Dia das Mães, sem nenhum fundamento, por causa de um trabalho de escola. Nem foram feitas visitas à casa. Fiz uma denúncia para a Ouvidoria da Mulher que foi arquivada sem fundamento. O mesmo fiz no CNJ, mas foi arquivada e devolvida para o

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 20 DE 57

Ministério Público porque, conforme a Resolução nº 649 de 26 de setembro de 2025...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – ...** compete à Ouvidoria Nacional da Mulher receber a denúncia.

Dito isto, uma vez que a minha família não consegue se olhar porque o meu lado não está sendo considerado desde o início, eu não tenho direito ao diálogo.

Igual é o cenário da privatização, sucateando o SUS com a terceirização, retirando a transparência, o controle social, a participação popular em uma estratégia que é uma ditadura maquiada.

É por isso que estou com garra no CAPS, agora como conselheira, para defender a não privatização, a não terceirização, uma vez que já não somos considerados uma Administração Direta.

Igualmente acontece com o crime de responsabilidade fiscal sendo viabilizado porque nunca foi regulamentada a lei do conselho de representantes...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Cláudia.**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – ...**mesmo com a lei de responsabilidade fiscal, criada em 4 de maio de 2001. Não há Participe+ no Poder Legislativo...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Cláudia.**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA – ...**e é por isso que as nossas leis, as diretrizes, não são regulamentadas. Nunca haverá consideração às demandas do povo. O conselho participativo fica no marasmo, porque o conselho de representantes até hoje não foi regulamentado...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Cláudia, por favor.**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA –** É por isso que nada nunca muda. Precisamos considerar também que não são somente números desconexos que precisamos ver. Precisamos de planejamento...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Cláudia. Próximo...**

**A SRA. CLÁUDIA CAMPELO DE OLIVEIRA** – ... que traduza os projetos em planos de ação, não com números desconexos.

Chega. Não dá mais para aceitar o marasmo do conselho participativo. Há muita gente digna que não está sendo respeitada porque não está sendo regulamentada a lei de responsabilidade fiscal.

É isso, obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Queria anunciar a presença do Vereador Major Palumbo.

Gente, pedimos por democracia, e a democracia, às vezes tem que ter horário a ser cumprido. Se você não começar...

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Só estou perguntando o seguinte: quando começamos a questionar, o meu direito termina quando começa o do próximo. Então, temos que respeitar o horário, senão nem todo mundo fala.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Já está regulamentado o horário.

Por favor, a próxima será a Luana Moraes, representante dos empregados da CET. Em seguida, será a Tatiane Malheiros. Obrigado.

**A SRA. LUANA MORAES MARCONDES DOS SANTOS** – Meus cumprimentos ao Presidente da Comissão, à Relatora, aos Vereadores presentes, ao Executivo – representado na figura dos senhores da Secretaria de Planejamento – e a todos que estão acompanhando esta audiência.

São Paulo é uma potência. São mais de 11 milhões de habitantes, quase 10 milhões de veículos registrados, mais de 1,5 milhão de motocicletas na cidade. Em 2025, a cidade recebeu mais de 47 milhões de turistas e também realizou mais de 87 mil eventos. Quanto mais a cidade cresce, mais cresce a pressão sobre a mobilidade urbana. É aí que entra a CET.

A CET não é só fiscalização; a CET é engenharia de tráfego, monitoramento em

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 22 DE 57

tempo real, semáforo funcionando, corredor de ônibus operando, planejamento viário, educação e segurança de trânsito.

Enquanto São Paulo cresce, a estrutura da CET não acompanha esse ritmo. Hoje, a companhia opera praticamente com orçamento voltado apenas para manter a cidade funcionando. Esse orçamento bilionário representa o custo operacional da maior cidade do país.

Não estamos falando apenas da operação da rua, mas também de engenharia, tecnologia, sinalização, manutenção, planejamento, monitoramento. Fica aqui uma preocupação: onde está o investimento para reestruturar a CET e preparar a mobilidade da cidade para o futuro? Os próprios documentos financeiros apontam déficit superior a 240 milhões de reais para este ano de 2026.

Além disso, a CET possui déficit estrutural superior a 1.200 empregados. Uma cidade do tamanho de São Paulo exige capacidade técnica permanente. A CET possui profissionais altamente experientes e que dedicaram 20, 30, 40 anos de suas vidas à cidade; mas a falta de renovação gradual gerou um investimento estrutural da companhia.

Isso acende um alerta importante.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.**

**A SRA. LUANA MORAES MARCONDES DOS SANTOS** – Embora a CET tenha mais de 1.700 agentes de trânsito no quadro total, menos de 400 agentes por turno ajudam a sustentar a mobilidade da maior cidade do país.

Há um cadastro de reserva, pessoas já aprovadas, preparadas e que podem contribuir para a continuidade da operação da cidade, agentes e gestores. Por isso, discutir o orçamento da CET não é discutir apenas números.

Eu gostaria de deixar uma pergunta: quais são os planos da Prefeitura hoje para o futuro da CET? Existe uma estratégia de fortalecimento da companhia, com renovação gradual do quadro técnico e preservação da capacidade operacional da cidade?

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Luana.**

**A SRA. LUANA MORAES MARCONDES DOS SANTOS** – Ou São Paulo corre o

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 23 DE 57

risco de enfraquecer justamente uma das estruturas que sustenta diariamente a mobilidade urbana da maior cidade do país?

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Luana.

Tendo em vista o grande número de inscritos, não haverá reunião da Comissão de Finanças e Orçamento hoje. Nós vamos manter a audiência. (Palmas)

Por isso que estou pedindo: estamos abrindo mão da nossa reunião para dar condições de todo mundo falar, mas se as pessoas não começarem a respeitar, haverá dificuldade para cumprir a meta de ouvir, porque há muitas pessoas inscritas. Então, quando chegar a 2 minutos, vou falar “conclusão” para alcançar no máximo três minutos. Obrigado.

A próxima será a Tatiane e, logo em seguida, a Aleia de Oliveira.

**A SRA. TATIANE MALHEIROS** – Bom dia a todos os presentes e autoridades. Sou Tati Malheiros, conselheira titular do CPM Mooca pelo distrito do Tatuapé.

Desde a posse desse CPM muitas atualizações foram acontecendo em parceria com a Casa Civil e acredito que esse movimento foi bem positivo, inclusive dando maior autonomia aos conselhos para priorização das propostas, bem como extensão do prazo para a curtidada das propostas.

Eu quero aproveitar essa dinâmica de trabalho e a oportunidade desta escuta ativa hoje para sugerir algumas adequações nas próximas eleições do CPM.

Dentre elas, um caderno mínimo de *compliance* e boas condutas que se estendam entre conselheiros e de conselheiros com munícipes e vice-versa, quando estiverem atuando pelo CPM, a fim de mitigar práticas indecorosas e abusivas nos conselhos, pois isso tem sido uma prática muito comum.

Eu mesma precisei da via judicial e de um mandado de segurança para fazer valer o cumprimento do regimento interno por não haver alternativa na esfera administrativa que garanta essa isenção.

A outra sugestão é que haja mais curso de capacitação e um mínimo de critérios

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 24 DE 57

objetivos e técnicos a serem observados pelos conselhos a fim de evitar tantos casos de valores que retornam para uso imediato e propostas que foram consideradas viáveis, e não são materializadas por outros fatores. Eu acredito que uma base mínima de critérios técnicos e vinculantes aumentaria a assertividade dos conselhos.

Eu mesma não me orgulho em nada do CPM Mooca estar em segundo colocado por não utilizar totalmente as suas verbas mesmo com tantas necessidades.

E a terceira sugestão é uma menor interferência de alguns Vereadores que têm utilizado obras do CPM como autopromoção, participando de inaugurações, fazendo campanha política, pegando carona nessas obras e se apropriando, inclusive, do mérito dessas obras, afirmando em vídeos nas redes sociais de que só são aprovadas as propostas que essa figura política autoriza através da sua Subprefeitura.

É necessário um ajuste de conduta, já que sabemos que se trata de uma prática comum a muitos Vereadores. Não vou citar nomes, porque eles não estão presentes, embora seja uma prática comum a todos esses Vereadores, sem nenhuma advertência ou penalidade.

O trabalho do CPM não pode servir à finalidade política. Ele nasceu pela sociedade e para a sociedade.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Tatiane.

Após Aleia de Oliveira, será o Marcelo Nerling.

**A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA** - Bom dia a todos os munícipes, a todas as autoridades presentes, inclusive do Poder Executivo, e aos nobres Vereadores.

Meu nome é Aleia. Ratifico mais uma vez, aqui, que meu nome começa e termina com “a”, tem “lei” no meio. Vou levar a questão lei para a minha vida inteira. Vim do ramo do Direito. Em 2007, graduei-me; em 1993, fiz magistério. Então, a ética também veio impulsionar minha vida sendo conselheira no Conselho Gestor CER III Moema, Centro Especializado em Reabilitação.

Sou pessoa com deficiência, monocular.

A primeira coisa, quando cheguei na Escola do Parlamento, houve uma questão muito forte na minha região, no dia 8/3/2026, que foi um alagamento. Nesse dia, uma senhora que estava indo para

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 126

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 25 DE 57

ao CER III Moema buscar remédio para pessoa com deficiência perdeu a sobrinha dela. Morreu. Em memória à dona Delaíde, que depois faleceu, abriram um piscinão ali.

Quando aconteceu em 8/3/2026, e, junto, esse furacão de coisas na minha vida, eu já tinha passado pelo CPM da Vila Mariana e as pessoas me disseram, um Vereador, que a assessora dele estava em frente ao lugar onde aconteceu, como acontece sempre, pois estou há 26 anos em Moema, e meus vizinhos, há 40. O que acontece é que me viraram as costas e me disseram que a solução era um piscinão. Quando saio do CPM da Vila Mariana, um engenheiro, o Sr. Mauro, olha para mim e fala: “Não me traga lama para a porta da sua casa.” Eu, particularmente, tenho um sonho que me marcou muito: com lama. Fiquei desesperada.

Descobri, aqui, já levando a recusa no CPM, e fiz um requerimento no dia 13/3/2026. Como sou do SUS, vou ler: “Diante do esforço, visando solução, visando preservar a vida, visando preservar a saúde dos munícipes através das medidas preventivas saudáveis, evitando o acúmulo de lodos, proliferação de insetos e, conseqüentemente, doenças e preservação do meio ambiente, melhorias urbanas, de acordo com todos os instrumentos constitucionais necessários para a solução do problema, requeremos que as calçadas sejam permeáveis e com acessibilidade; as faixas sejam permeáveis, transformando parte dos asfaltos semipermeáveis; os fios de alta tensão, de acordo com a lei pertinente, tenham prioridade em aterramento; os parques e praças sejam totalmente permeáveis, funcionando como esponjas; criação de áreas permeáveis e, por exemplo, parques e práticas próximas aos pontos que ocorrem alagamentos.”

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no PL 299, são colocados 42 piscinões? Vocês estão querendo transformar São Paulo em uma Brumadinho?

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Sra. Aleia. Conclusão, por favor...

**A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA** - Com licença, ainda vou pedir um PL e o meu direito de PCD, não vou falar o dobro do tempo, mas quero que a autoridade responda, porque as costas estão sendo viradas.

Os piscinões são impositivos? Os piscinões são impositivos, autoridade? Vocês colocam vários valores.... Por três vezes, o programa 407...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Sra. Aleia, a senhora já fez a pergunta, então conclua para mim, por favor.

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 26 DE 57

**A SRA. ALEIA DE OLIVEIRA** - Nos programas 413, 407, 414, vocês repetem... Entregar oito piscinões e reiniciar as construções de outros seis para reduzir o alagamento e dar mais segurança à população. Aí, pasmem, vocês colocam só um local de calçadas permeáveis na Juscelino Kubitschek.

Eu moro num bairro nobre, mas o bairro pobre também tem direitos. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – O próximo orador, Marcelo Nerling, por favor, E, após, Sergio José Nicoletti, conselheiro-gestor do SUS, por favor.

**O SR. MARCELO ARNO NERLING** - Bom dia a todos.

O Dr. Sergio José Nicoletti vai me proceder, vamos tentar ampliar um pouco essa discussão.

Nosso tema de pauta, hoje, é a participação popular. O que é importante destacar é que Conselho de Representantes não é a mesma coisa que Conselho Participativo, as pessoas precisam entender isso.

O Conselho de Representantes foi criado na Lei Orgânica, em 1990, e até hoje não saiu do papel. Mas essa não é uma traição do Poder Executivo e, sim, do Poder Legislativo, porque, afinal de contas, o Supremo decidiu, *ipsis literis*, ao dizer assim: "...Surge constitucional lei de iniciativa parlamentar a criar Conselho de Representantes da sociedade civil integrante da estrutura do Poder Legislativo, com atribuição de acompanhar ações do Poder Executivo".

O que nós temos na cidade de São Paulo, e falo isso como Professor de Direito Financeiro e como Professor de Poder Legislativo e de Gestão de Políticas Públicas há mais de duas décadas, na Universidade de São Paulo, é uma farsa. Não há participação popular em São Paulo.

Ainda que eu tenha vindo, talvez em alguma medida, parar nesta metrópole, porque, em 1996, quando escrevi minha dissertação de mestrado, na Federal de Santa Catarina, sobre orçamentos participativos, eu me deparei com o texto da Lei Orgânica artigos 54 e 55, e acredito até hoje que é a coisa mais linda que foi criada depois da Constituição de 1988 na política nacional. Mas isso não saiu do papel, e há 36 anos que não saiu do papel. E, de novo, isso não é competência do Poder Executivo, é competência do Legislativo.

E retomo a conversa da Luzia. Existe 1 bilhão e 300 milhões de reais sendo discutidos nesta Casa. Onde está o mínimo? Participe mais do dinheiro do Poder Legislativo.

Segundo, não estamos aqui, os Vereadores não estão aqui a controlar o Poder Executivo e o Orçamento do Poder Executivo. Estão a acompanhar o Orçamento do município, que é formado por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 128

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 27 DE 57

Poder Executivo e por Poder Legislativo. Portanto, estou dirigindo a minha fala como diretriz orçamentária, falando para as paredes, porque não temos nenhum representante da Mesa Diretora sentado aqui, não temos nenhum representante do Tribunal de Faz de Contas sentado aqui.

E por que isso acontece? Isso acontece porque nem a Mesa Diretora, nem o Poder, o órgão auxiliar, estão dando ouvidos para a população, porque estamos em uma audiência pública que tem um regime especial previsto pelo Regimento Interno desta Casa.

Então, meus caros, que fique muito claro, só descentralizaremos o orçamento nesse município se nós criarmos os Conselhos de Representantes.

Sra. Relatora, a senhora tem uma missão histórica que pode mudar o curso desta cidade: Primeiro, criando o Conselho de Representantes em cada uma das 32 regiões administrativas e acabando com esse tal fracionamento do orçamento para que nós, de fato, possamos avançar e sair dessa “hamsterização” na qual estamos metidos e que nos jogam uma migalha de 10 milhões de reais que nem isso conseguimos gastar.

Queremos discutir o orçamento como um todo, descentralizá-lo para que o recurso chegue onde deve chegar.

**O SR. SERGIO JOSÉ NICOLETTI** - Eu passo para o Professor Nerling a minha fala.

**O SR. MARCELO ARNO NERLING** - Fico feliz de poder usar o espaço do Dr. Sergio Nicoletti, que é meu colega, Professor aposentado da Unifesp, da área da Medicina, que nos tem acompanhado aqui. Então consigo mais três minutos e quero chamar a atenção de todos: Leiam, por favor, a tese de Samuel Godoy, Samuel, atualmente Subsecretário de Educação deste município. Ele escreve uma tese de doutoramento, na qual ele chama todo este processo de brincadeirinha – e assim o é.

Tanto é que estão e está confessado hoje que a Prefeitura está tocando a lei orçamentária anual com o Participe+ e nós estamos discutindo as diretrizes que deveriam orientar essa elaboração. Isso mostra claramente que os bois andam na frente do carro e, obviamente, por conta disso, o orçamento de São Paulo é uma grande farsa. Não há orçamento cidadão. O princípio orçamentário é a universalidade, bem como a unicidade.

Precisamos do cumprimento do art. 137 da Lei Orgânica. O que estamos pedindo é legalidade. O que estamos dizendo a V.Exas., aos poucos que nos dão ouvido, e também aos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4  
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 129

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 28 DE 57

servidores muito bem remunerados desta Casa do Poder Legislativo, é que estamos olhando para dentro do Legislativo e não conseguimos perceber, no órgão controlador, a moralidade necessária para poder fazer qualquer tipo de ação de controle externo, na medida em que está furado com o seu controle interno.

Precisamos saber para onde está indo o dinheiro do Fundo da Câmara de Vereadores. Qual é a diretriz do Fundo do Tribunal de Contas? Qual é a diretriz do Fundo da Procuradoria deste município, da Procuradoria do Legislativo, que foi criado sem lei específica para isso?

Então, estamos chamando atenção de V.Sas., da sociedade civil, para o Legislativo. O Legislativo está nu, o Legislativo está ausente da Mesa. O Legislativo dá as costas para a população, na medida em que é uma traição da democracia representativa, pela democracia participativa.

E nem ela se respeita, porque se fosse simplesmente uma questão de voto, como dizem para nós, que nós deveríamos nos candidatar ou que deveríamos nos eleger para podermos nos sentar aqui. Então, quem tem 100 mil votos deveria falar primeiro do que tem 40 mil votos. Quem é suplente deveria falar depois de quem não é suplente. Essa imposição não se fala e não se discute.

Queremos o Legislativo a limpo. Ou colocamos o Legislativo no trilho ou vamos esquecer de participação social e participação popular, e continuaremos “hamsterizados”. E posso assegurar a V.Sas.: tenho estudado há 30 anos, sou um professor, continuarei estudando e o que estudo é a participação popular. O que temos em São Paulo é uma farsa. Não somos exemplo para absolutamente ninguém e, portanto, não honramos o brasão do município. Nós, sociedade civil, é que somos conduzidos. Quando o brasão diz: “Não sou conduzido. Conduzamos, pois.” (Palmas)

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado. A próxima a falar será a Dora Lima.

**A SRA. DORA LIMA** – Continuo passando meus três minutos para o Professor Marcelo.

**O SR. MARCELO ARNO NERLING** – Obrigado, Dora.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Dora, na nossa próxima reunião, não vamos passar o horário. Senão, daqui a pouco, fica uma coisa meio monopolizada.

**O SR. MARCELO ARNO NERLING** – Eu quero só chamar a atenção, por fim. É interessante. Tem que calar a boca de alguns que não devem falar. Eu não falo o que penso, falo o que a lei diz. É para isso que fui treinado.

Sou um professor de Direito e o que tanto tenho dito à sociedade civil é que não temos um exemplo de participação popular e o que nos entregam não passa de uma lavagem. Não somos porcos para comer lavagem. Somos cidadãos da maior metrópole, desta cidade.

É um engodo. O Participe+ chama as pessoas para um processo de “hamsterização” a cada ano, para que elas apresentem as suas demandas. E não temos, de fato, uma ordem de prioridade em que os conselhos deveriam deliberar.

Então, é importante que pensemos na descentralização do orçamento, sobre o que aconteceu na Mesa na primeira audiência pública. O Secretário de Planejamento vem aqui e nos diz que há uma isenção tributária de 4 milhões e ele repete esse dado por duas vezes. Quanto é isenção tributária? Quarenta e quatro bilhões de reais. Ele errou em 1000% o número. Qualquer secretário seria defenestrado, mas absolutamente ninguém questionou.

Quando estamos nos orgulhando de um orçamento de 138 bilhões, na verdade, os ricos já ficaram com 47 e não precisam vir até aqui, porque o caso deles já está resolvido. O que sobra do que sobra são 86 bilhões. E, do que sobra, sobram 10 milhões para cada área administrativa, o que não corresponde a efetivamente um voto para cada cabeça, que é um princípio da democracia. Isso é descentralização do orçamento.

Então, concluo dizendo que temos que prestar atenção no seguinte: o nosso orçamento, vexatoriamente, tem 44 bilhões de reais de isenção e imunidades. Isso é 30% do orçamento e ninguém está discutindo essa perspectiva. E, obviamente, ficamos num Anexo III,

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 30 DE 57

pendurados, que não traduz a verdade, e fugimos do Plano Plurianual. Obviamente, tanto o Executivo quanto o Legislativo, porque o Legislativo tem um plano plurianual com um programa.

E aqui, sim, o Dr. Sergio destacava: o que se faz com o orçamento da rubrica do PPA 4004, que é a participação, transparência e controle social? Como se gasta esse dinheiro e como se dá a formação desde a base dos conselheiros, que é o que está sendo pedido aqui para que possamos subir o nível e, obviamente, ter uma cidade inteligente à altura de São Paulo, que é o que nós precisamos?

Portanto, concluo dizendo que o que temos é uma farsa, mas essa farsa é legislativa. O problema é o Legislativo. Não dá para apontar para o Executivo antes de corrigir isso aqui dentro. Aqui dentro tem 1,3 milhão de reais por ano descontrolados. Precisamos controlar o controlador. Se não controlarmos o controlador, não haverá a participação social e uma política efetiva no município.

Obrigado a quem me concedeu a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – O próximo será o Sr. Juscivaldo Pereira e depois a Maria Laura Fogaça.

Quero dizer uma coisa: ouvimos muita crítica aqui agora, só que nós tínhamos um poder descentralizado na cidade de São Paulo e a sociedade civil, nas eleições, disse para tirarmos o orçamento, que era descentralizado. Havia a participação do povo.

Muita coisa foi construída nesta cidade com a participação do povo, mas depois o povo deu um cavalo de pau e não quis continuar daquele jeito, trouxe o orçamento para ser centralizado. Então, temos que aceitar a democracia, porque, se quiséssemos realmente um orçamento descentralizado, tínhamos que ter continuado com a outra gestão. Mas mudou e deram um cavalo de pau.

Então, vamos lá, gente. Obrigado. Recebemos muitas críticas aqui e esquecemos que foi uma eleição democrática, em que a população escolheu os representantes, o Prefeito. E, aí, foi diferente.

**O SR. JUSCIVALDO PEREIRA** – Bom dia, Mesa. Bom dia, Presidente. Bom dia a

todos e a todas. Vim até aqui questionar muito aqui sobre o orçamento, mas também temos que trazer as demandas para serem incluídas. Se não trouxermos as demandas, isso não é incluído no orçamento.

Eu trouxe algumas demandas do território da Penha, do qual eu sou conselheiro no CMI e conselheiro na Supervisão Técnica de Saúde da Penha. E coordeno o Fórum do Idoso na Subprefeitura.

O que me chamou a atenção foi quando se falou do orçamento da subprefeitura. A Subprefeitura da Penha não foi citada. Eu gostaria que todas elas fossem citadas e listadas, porque, se recebessem esses 10 milhões, teríamos as demandas no território, principalmente na área da saúde e mobilidade.

Mas não vemos nada de construção e ampliação de serviço algum. Então, trouxe uma demanda do distrito do Cangaíba, em que moro há 30 anos. É um distrito de grande vulnerabilidade social, IDH baixo. E pedimos a construção de uma UPA lá. Para que serve essa UPA? Para o distrito Cangaíba e para os quatro distritos da Subprefeitura da Penha – Vila Matilde, Artur Alvim, Cangaíba, Penha.

Então, temos quatro distritos, com 47 mil habitantes e não temos um equipamento de urgência e emergência no território. Então, precisamos que seja incluído no orçamento essa UPA do distrito Cangaíba, que já foi debatida e discutida nas conferências municipais de saúde.

Então, essa UPA está em tramitação na Secretaria de Saúde. Há um SEI aberto, de nº 6011.2026/0002993-5. O que justifica a construção da UPA do Cangaíba? A justificativa da UPA do Cangaíba é que temos 142 mil habitantes, IDH baixo, 16% da população são pessoas 60+, um vazio assistencial de urgência do território. Então, precisamos dessa construção.

E, além disso, aí eu falo como conselheiro da pessoa idosa, possa estender o programa. O Programa PAI de Acompanhamento ao Idoso precisa ser defendido e ampliado para todas as unidades básicas de saúde da cidade de São Paulo.

Temos no programa 92 unidades de saúde, sendo que há 490 unidades de saúde na cidade de São Paulo. Precisamos ampliar o programa de acompanhamento ao idoso na cidade,

bem como a construção e ampliação das URSIs — equipamento de saúde do idoso. As URSIs também são uma demanda.

Vou concluir, mas sem deixar de chamar a atenção para aquela denúncia que observamos da casa de repouso lá na Lapa. Aquela casa de repouso reflete todas as casas que atendem a pessoa idosa. A pessoa idosa precisa de respeito.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado.**

A próxima será a Sra. Maria Laura Fogaça.

**A SRA. MARIA LAURA FOGAÇA –** Bom dia a todos. Vou ler um requerimento que será entregue para a Casa, mas para que todos tenham ciência. “São Paulo, 27 de maio de 2026.

À Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo — V.Exa. Sra. Relatora do PL 299/2026, Vereadora Ana Carolina Oliveira; nobres Vereadores e Vereadoras; senhores e senhoras do Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Seplan; representantes da Sociedade Civil; do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e organizações aqui representadas — venho descrever a nota introdutória sobre o papel da Sociedade Civil na LDO.

No ciclo orçamentário, cada peça legal possui escopo e competências próprias. Compreendendo que, no âmbito da Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO —, o papel das instâncias de controle social não é a indicação de dotações físicas pontuais ou o detalhamento de despesas finalísticas — atribuição restrita à Lei Orçamentária Anual, LOA —, a nossa atuação foca estritamente em estabelecer os critérios, parâmetros e regras de orientação que devem balizar a elaboração e execução do orçamento subsequente pelo Poder Executivo.

A aprovação de diretrizes macro de rastreabilidade, continuidade e transparência nesta fase é um instrumento legal legítimo para assegurar que o planejamento físico do município atenda primordialmente ao interesse público e coletivo. Dessa forma, garante-se que a peça orçamentária guarde estrita proporcionalidade com as demandas concretas da população, legitimando a destinação dos recursos comuns para a proteção social e o bem comum.

Objetivo: aprimorar a governança orçamentária e assegurar a rastreabilidade

material dos recursos destinados às políticas públicas transversais de atenção à longevidade.

A presente proposta visa garantir que as metas físicas e os compromissos pactuados no âmbito do Orçamento Cidadão e do Plano Plurianual — PPA — tenham efetiva correspondência fiscal nas planilhas de execução, mitigando distorções de rateio que inviabilizem a fiscalização e o controle social por parte dos conselhos de direitos.

Fundamentação Legal — Direitos do Plano Diretor Estratégico, PDE. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo, Lei nº 16.050/2014, estabelece a gestão democrática como um de seus pilares fundamentais, assegurando a participação da população nos processos de planejamento, investimento público e avaliação de políticas públicas.”

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Tem a palavra a Sra. Maria Inácia.

**A SRA. MARIA INÁCIA FARAH** – Bom dia a todos.

Continuando a análise técnica, na parte da fundamentação: o fortalecimento nominal de conselhos — o PDE fixa como ação estratégica a democratização da gestão, determinando a obrigação de fortalecer instâncias de participação social, citando nominalmente o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

A transversalidade da participação. A legislação exige metodologias participativas na elaboração de planejamentos setoriais estratégicos, abrangendo mobilidade urbana, meio ambiente, cultura e habitação.

Audiências públicas e transparência. O ordenamento determina o acesso prévio da população a documentos técnicos, planilhas e projetos, consolidando que os conselhos são ferramentas dotadas de poder consultivo, de planejamento e de fiscalização sobre os orçamentos públicos.

Propostas de diretrizes. Alterações no texto do PL 299/2026. Propõe-se a inclusão e o aprimoramento dos seguintes critérios orientadores no corpo do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

Diretriz de rastreabilidade transversal. Classificação E1: determinar que as ações programáticas destinadas ao atendimento dos direitos assegurados pelo Estatuto da Pessoa

Idosa possuam dotações com identificação orçamentária exclusiva e finalística. Limita-se, para fins de monitoramento setorial, a validação de indexadores genéricos de rateio administrativo, classificações não específicas sob contratos de manutenção global da máquina pública, garantindo a transparência exigida pela Portaria MOG 42/99.

Critério de continuidade do Orçamento Cidadão: fixar que as demandas regionais priorizadas pelos munícipes e chanceladas pelos conselhos participativos municipais no âmbito do Orçamento Cidadão — Portal Participe+ — não sofram descontinuidade programática ou zeramento na transcrição dos exercícios, exigindo-se a criação de identificador estrutural ou subação específica na LOA que preserve a denominação e o vínculo de origem da demanda eleita, em observância ao artigo 7º do próprio PL e ao § 1º do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Garantia de infraestrutura ao controle social: orientar que as diretrizes orçamentárias prevejam suporte técnico, logístico e material proporcional à extensão territorial das Subprefeituras para o funcionamento regular das instâncias de controle social, nominalmente protegidas pelo PDE.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Gostaria de anunciar os inscritos *on-line*: Teles Rios, Claudio Costa Santos, Rosângela Souza, Tatiana Simaia Barbosa, Maria José Freitas Andrade, Cecília Batista de Araújo, Cássio de Souza Silva dos Santos, Leidiana Reis, Carmen Rosa Olivares, Jéssica Ribeiro da Conceição, Armando Coronado Miola, Mônica Lopes e Durval Tabacchi.

Depois do Sr. Seiti Takahama será o Sr. Benilton Lopes, depois o Mestre Palito.

**O SR. SEITI TAKAHAMA** – Dando continuidade, é um documento técnico para que possamos trabalhar com a SEPLAN e com a Mesa Relatora.

A vinculação dos fundos especiais. Estabelecer diretriz regulatória para que o recurso captado pelo Fundo Municipal de Apoio ao Idoso seja devidamente direcionado a projetos de investimento e expansão da rede de equipamentos públicos de longa permanência, mediante

deliberações prévias e paritárias do respectivo Conselho de Direitos.

A justificativa empírica e o levantamento dos dados fiscais que fundamentam as diretrizes ora propostas constam detalhados no Anexo I — fático técnico. O Anexo I traz a justificativa do que deve ser feito, com base no interesse público e no contexto fático. Esse anexo apresenta o panorama fático extraído do Anexo Financeiro do PL 299, demonstrando a necessidade empírica e a realidade concreta que justifique a urgência de dotações e diretrizes propostas para salvaguardar o interesse coletivo e o patrimônio social da população idosa.

Adequação do orçamento do controle social, Ação 2803. O artigo 3º do projeto de lei e sua Exposição de Motivos, página 22, estipulam a ampliação do controle social e a prestação de contas trimestral.

No entanto, a planilha orçamentária aloca o montante de 3.737 reais para o Conselho da Pessoa Idosa. Esse valor é considerado um absurdo.

A Ação 2803, relativa à manutenção e infraestrutura de participação popular da pessoa idosa, para o exercício de 2027, demonstra que o valor mensal de 311 reais destinados ao Conselho da Pessoa Idosa inviabiliza o custeio operacional de fóruns regionais e o deslocamento acessível entre as 32 subprefeituras, gerando desconformidade material, com o objetivo de descentralização e participação fixada no artigo do projeto de lei, a rastreabilidade das emendas populares aprovadas e demandas, o fomento social oriundo de demandas populares e parlamentares.

Qual é o nosso interesse público? A ausência de dotação orçamentária para projetos validados pela comunidade descaracteriza o processo ascendente do orçamento cidadão, previsto no Caderno do Orçamento, adotadas diretrizes que garantam a rastreabilidade fiscal dessas conquistas.

Alinhamento e metas fiscais e financeiras no esporte. No Anexo de Metas do Projeto, observa-se a ampliação do atendimento do Programa de Longevidade Ativa de 37.500 idosos para 2027. Paralelamente, a Ação 4004, referente ao incentivo à prática de esporte para a pessoa idosa, que contava com orçamento programado de 10 milhões no exercício de 2026,

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 36 DE 57

apresenta-se zerada para os exercícios de 2027 a 2029.

Os idosos não terão a prevenção e a continuidade dessas políticas.

Concluindo, temos várias questões e propostas de alteração no orçamento e também na lei.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Informo a plateia que nós temos que entregar a sala às 13h, e há 20 pessoas para se manifestar. A democracia aqui passou bem longe, pois alguns falaram durante 10 minutos e outros nem chegaram a falar. São 20 pessoas inscritas. Vocês querem ouvir o Executivo ou querem continuar falando? Inclusive há Vereador que também vai falar.

- Manifestações do público.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Então, está decidido: depois não haverá resposta do Executivo. E, às 13h, precisamos entregar a sala, está bem?

**A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA** – Exatamente. Vocês falarão, mas temos 40 minutos para 20 pessoas. Portanto, não haverá tempo para a resposta do Executivo nem espaço para contrapontos. Para nós, tudo bem, só precisamos saber o que vocês preferem.

**A SRA. KEIT LIMA** – Sra. Presidente, apenas para organização: às 13h será iniciada outra reunião de Comissão neste espaço. Podemos até estender, mas há limite de horário. Eu posso até abrir mão da minha fala para a população, apesar de eu ter formulado algumas perguntas. No entanto, não depende da presidência desta Comissão a decisão de estender a reunião ou não, pois, às 13h, começará outra reunião neste espaço.

Nós queremos muito ouvir todos vocês, e estamos aqui para isso. Porém, se o tempo de três minutos para cada inscrito não for respeitado, muitos dos inscritos não terão oportunidade de se manifestar.

**O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA (Mestre Palito)** – Bom dia a todos e a todas. Sou o Mestre Palito, meu nome africano é Kamau. Apenas uma sugestão: o tempo da audiência deveria ser maior, pois o tempo de uma hora é muito curto para discutir as questões e escutar o

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 37 DE 57

público. Três minutos para cada inscrito se manifestar é muito pouco.

**A SRA. ANA CAROLINA OLIVEIRA** – Nós podemos, sim, discutir esse tema, Palito.

Acho válido. Porém, reforço que o tempo desta reunião não é de uma hora, mas de duas horas e meia.

**O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA (Mestre Palito)** – Ok. Então, vou direto ao assunto.

Considerando o orçamento previsto de 138 bilhões de reais para 2027, quais recursos específicos serão destinados às políticas públicas de cultura da periferia, incluindo capoeira, Hip-Hop, saraus, bibliotecas comunitárias e cultura negra, garantindo descentralização e acesso nas periferias da cidade de São Paulo?

E de que forma a Prefeitura e a Câmara Municipal irão fortalecer o Orçamento Cidadão e a participação popular, garantindo que as propostas das audiências públicas sejam efetivadas e incorporadas à LOA 2027, especialmente nas áreas de juventude, cultura, esporte, educação e combate ao racismo e às desigualdades nos territórios?

Infelizmente, vemos que todos os anos isso não se concretiza. Já fui contemplado com oportunidades de falas anteriormente, mas nunca as demandas se concretizaram. Eu acho que a gente precisa procurar o Ministério Público, e além do Ministério Público também, porque, se eles não estão cumprindo o que está na lei, não dá para ficar assim. A gente manda documento, cobra, vai atrás, e nada acontece.

É igual ao Imposto de Renda: se você manda errado, já era. Os caras te bloqueiam, não tem conversa. Agora, quando a gente vê que a Câmara não está cumprindo o que está na lei, fica por isso mesmo. Então, a gente tem que procurar outros meios, se mobilizar, se organizar e cobrar judicialmente.

Termino aqui minha fala. Estamos juntos. Ubuntu! Axé! (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Teles Rios.

**O SR. TELES RIOS** – Muito boa tarde a todos. Meu nome é Teles Rios. Eu

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 38 DE 57

represento o CPM do Campo Limpo, o Fórum do Hip-Hop, a periferia, o povo pobre, preto e periférico e toda a turma 60+, que daqui a pouco eu também estou chegando lá.

Eu quero parabenizar a Mesa, em nome do Presidente, em nome de todos, e também a Vanessa, do CPM, que eu acho que não está mais ali, deu uma saidinha.

O valor de 10 milhões é pouco para cada território. Então, eu sugiro que aumente para pelo menos mais 10 ou 20 milhões para cada território. E depois eu peço que executem e gastem o dinheiro. E também peço que tirem esses Vereadores que querem interromper o Orçamento Cidadão.

Já que estamos falando de territórios, o nosso território, da Subprefeitura do Campo Limpo, tem aproximadamente 19 mil pessoas por quilômetro quadrado. Nós somos o triplo dos outros territórios, que têm média de 9 mil pessoas por quilômetro quadrado.

Então, eu gostaria que, dentro desse orçamento de 138 bilhões, aumentasse também a verba da Subprefeitura e mais 10 milhões para o Conselho.

O nosso Conselho, no ano passado, aprovou mais de 15 propostas. Propostas que deveriam ter sido feitas por Vereador, mas que acabaram sendo feitas por nós. Então, eu acho isso muito útil, muito viável.

Parabenizo a todos, cumprimento a todos e termino minha fala.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Tem a palavra o Sr. Benilton Lopes.

**O SR. BENILTON LOPES** – Boa tarde a todos. À Mesa e a todos aqui presentes nesta sexta-feira, já finalizando o mês de maio. Estamos acompanhando os trabalhos destas Comissões e chegamos aqui neste dia tão esperado.

Eu sou do Jardim Tancredo, na periferia, próximo ao Jardim Vera Cruz e ao Horizonte Azul, na zona Sul de São Paulo. Uma região que o pessoal chama de fundão, onde moro há quase trinta anos. Lá nós temos pessoas que envelheceram no bairro.

Temos duas travessas – a Travessa Amélia Kerr e a Travessa Campo do Meio – que não são pavimentadas. Nós temos um córrego sem canalização há muitas décadas. Temos

idosos com dificuldade de circular pelo bairro onde envelheceram, crianças convivendo diariamente com essa realidade da periferia, além de um surto muito grande de tuberculose.

O que acontece é que colocaram lá uma placa de CEP digital, que nem é codificado pelos Correios, mas não olham para a necessidade real da população, que é a pavimentação.

Temos crianças caindo, idosos com muita dificuldade para passar pelas ruas, e parece que nós não somos vistos. A Avenida dos Funcionários Públicos está ali atrás, mas o que fica atrás dela é como obra da Sabesp: ninguém vê.

Mas eu acredito que este Conselho está aqui para ouvir e enxergar o motivo de não fazerem essa pavimentação, de não fazerem essa canalização, de não olharmos para as nossas crianças, que são o futuro. Quem chegou lá com 20 anos hoje já vai fazer 50. Quem tinha 30 já está com 60. E quem está nascendo agora vai chegar aos meus 50 anos sem ver esse lugar pavimentado? Ora, vamos ver. É necessário ter políticas públicas no fundão, na periferia, onde nós não temos pavimentação, política pública e saúde de qualidade, porque temos um surto de tuberculose. Nós somos idosos reféns dentro de casa, porque se sairmos também o córrego não vai ajudar, porque nossas crianças estão com doenças raras e graves.

Outra coisa: a gente paga a taxa do esgoto. Quando chega a chuva, a água do córrego invade as casas. Para onde que está indo essa taxa de esgoto? Onde está a canalização? Porque o pobre que é pobre fica mais pobre porque paga o esgoto, paga água e quando vem uma chuva perde tudo e fica sem. Obrigado (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Próximo, Zildo.

**O SR. ZILDO** – Bom dia, João Ananias, Presidente da Mesa. Bom-dia à Mesa. Eu estive, em 6 de maio, em Cidade Tiradentes, que tem o Território Educador. O processo SEI em Lajeado e no Itaim Paulista já foi empenhado. Seria um desperdício, seria bom o senhor João Ananias observar isso para que se conclua esse projeto, que é muito bom. Inclusive o de Cidade Tiradentes já está concluído.

Voltando ao tripé que estamos discutindo hoje, o Conselho Participativo não é CLT, ele é autônomo, trabalha de graça. Então, quando olho para essa Portaria 6/2026, fico

preocupado, porque vejo um engessamento. O Conselho Participativo é responsável por levar as demandas do território, conversar com os subprefeitos. Às vezes existe aquele subprefeito que consegue dialogar com o conselho –e temos três na zona Leste, que não vou citar para não menosprezar ninguém. Mas eu concordo com a colega que falou: o nosso subprefeito teria que ser da região, teria que morar no local para conhecer os seus labirintos, e não chegar vindo de Alphaville. O que um cara de Alphaville vai fazer? Pelo amor de Deus, gente, desculpa, mas temos que avançar.

Nós tivemos muito avanço na periferia, temos conselhos participativos. Outra coisa: eu vejo esses Conselho de Representantes com um pouco de preocupação. Mas eu quero deixar isto para a Vanessa também, se ela estiver na Mesa: sobre esses conselheiros participativos que tem seis, sete faltas, que seja colocado no edital que não participem mais.

Há muitas demandas trazidas pelos conselheiros, e a solução precisa chegar na ponta. Em Cidade Tiradentes mesmo eu percebo que só se gastou 1%, e é uma área muito vulnerável.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Nem 1%, foi 0,1%.

**O SR. ZILDO** – Era somente isso. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Zildo. Próxima, Maria Edneia.

**A SRA. MARIA EDNEIA** – Bom dia a todos. Obrigada à Mesa pela oportunidade da fala. Falo hoje exercendo o meu dever, que é inegociável, de controle social, representando o Colegiado Leste da Pessoa Idosa e amparada também pela Lei Orgânica do Município e pela LDO, que nós estamos discutindo.

Senhores, a cidade está exibindo um selo, o de Cidade Amiga da Pessoa Idosa. E quando nós lemos a exposição de motivos e as metas da Prefeitura, encontramos as promessas e aplaudimos. A Meta 105, por exemplo, promete expressamente um programa de longevidade ativa, com o atendimento de 50 mil empreendedores individuais com mais de 60 anos. A narrativa textual nos garante dignidade e inclusão econômica. No entanto, o papel do controle social não é apenas ler e aprovar as intenções, é auditar a realidade financeira.

Abrimos o Programa 4012, que é crescimento econômico e empregabilidade, e descobrimos que a Prefeitura decretou um apagão institucional da pessoa idosa no mercado de trabalho. Nós constatamos que as Ações 4430 - Operação do CAT, 2416 - Qualificação Profissional e 2410 - Fomento ao Cooperativismo foram sumariamente zeradas. E para tentar justificar a Meta 105, a gestão criou a Ação 4432 – Capacitação de Trabalhadores, destinando inacreditáveis 157 mil reais para o ano de 2027. Eu pergunto a esta Comissão: como a Prefeitura pretende capacitar 50 mil idosos gastando menos de 4 reais por pessoa?

Para concluir, venho solicitar que a Comissão elabore emendas modificativas aos textos da LDO para reativar as Ações 4430, 2416 e 2410. Nós exigimos a inclusão de uma verdadeira dotação sob a forma das rubricas exclusivas: criação do CAT do Idoso e linhas de qualificação tecnológica sênior, que é a inclusão digital. Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Próxima inscrita, Meire Rastelli, do Conselho Municipal do Idoso.

**A SRA. MEIRE RASTELLI** – Na pessoa da Vereadora Ana Carolina Oliveira, relatora da LDO, cumprimento todos os presentes.

Meu nome é Meire Rastelli, faço parte da representação da sociedade civil no Conselho Municipal da Pessoa Idosa e também do Grito dos Excluídos Continental.

Trago a esta audiência pública a questão das URSIs, que o Valdo falou anteriormente de modo rápido, e eu gostaria de destacar algumas coisas. Na exposição de motivos da LDO, é textual que a Prefeitura vai priorizar o cuidado integrado da pessoa idosa, focando na prevenção e no investimento nas URSI. Nada mais esperado para uma cidade que tem o selo de Cidade Amiga do Idoso. Mas, na verdade, são os números que indicam as reais prioridades de uma administração. O Programa 4015, que trata de saúde em atenção básica e especialidades, na verdade denota uma cidade inimiga da pessoa idosa. Por quê? A Ação 2518, que trata especificamente do financiamento da manutenção e operação das URSI - fundamental para o cuidado preventivo, curativo e integral da pessoa idosa -, contava em 2026 com um orçamento de 30 milhões de reais. Mas, inexplicavelmente, para 2027, 2028 e 2029, o orçamento foi zerado.

Isso é muito grave, porque a falta de um cuidado de especialidades acaba provocando agravamento e cronificação de doenças e uma situação que vai levar essa pessoa idosa para uma emergência de um hospital já numa situação que é muito mais sofrida para ela e para a família e onerosa para o Poder Público.

Nós temos sistematicamente trazido a esta Casa a nossa preocupação e o apelo para que o Legislativo reflita a respeito do impacto real das disposições da lei orçamentária para a população idosa.

Para concluir, a pergunta é: que Cidade Amiga do Idoso é São Paulo? E, nessa reflexão, a gente solicita especificamente à relatoria da LDO a devolução de uma dotação orçamentária verdadeira para atender à dignidade da pessoa idosa. Nós requeremos que esta Comissão utilize o mecanismo técnico de anulação e suplementação de dotação para reativar imediatamente a ação 2518, de manutenção das URSI; e também priorize a injeção de recursos reais sob a classificação exclusiva E1, garantindo não apenas a manutenção, mas a ampliação das URSI.

Contamos com a sensibilidade e o compromisso social dos senhores e das senhoras. Muito obrigada pela atenção. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Próxima inscrita, Sra. Cláudia Lessa.

**A SRA. CLÁUDIA LESSA** – Eu sou Cláudia Lessa, do Fórum da Pessoa Idosa de Pinheiros. Quero reforçar a questão da qualificação da Meta 105, que promete expressamente o programa de longevidade ativa e atendimento ao pessoal; que, como a colega acabou de falar, é muito sério esse lado de não ter condição de qualificar.

Nós idosos, não conseguimos mais sobreviver com a aposentadoria e com a renda e não temos as necessidades básicas atendidas, alimentação e medicação principalmente; e a medicação é uma coisa muito séria.

Então, como ela disse, na Ação 2.410, foram sumariamente zerados no orçamento. E, para tentar justificar a Meta 105, a gestão destinou 4.442; à capacitação de trabalhadores, inacreditáveis 157 para o ano inteiro de 2027.

Aos Vereadores presentes, a pergunta da Comissão é: como a Prefeitura vai capacitar? E há necessidade, sim, de nos capacitar para o trabalho. É uma delícia ver que a sociedade civil todinha está se mobilizando. No meu bairro, que era muito parado, agora está todo mundo participando. Eu tenho levado as informações do orçamento e ficaram todos estarecidos, não acreditando, porque confiavam exatamente que os Vereadores estavam trabalhando e que a SEPLAN, que sempre foi motivo de orgulho porque tem a elite de profissionais, estava fazendo exatamente o seu trabalho de ter um orçamento claro, definido, para atender as necessidades da sociedade.

Então, sociedade civil, juntas, juntas, juntas, para dar exatamente atenção ao que estão fazendo, às pessoas que nós elegemos e que trabalham para nós.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Próximo é o Sr. Luís Antônio Rodrigues dos Santos, depois o Sr. Alex Albuquerque.

**O SR. LUÍS ANTÔNIO RODRIGUES DOS SANTOS** – Cumprimento a Exma. Vereadora Relatora do Orçamento Ana Carolina Oliveira; OS Vereadores da Comissão de Finanças, os técnicos da SEPLAN e todos aqui presentes.

Falo hoje exercendo o nosso dever legal de controle social, representando os Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa e também o Fórum da Pessoa Idosa de São Mateus e da cidade de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo vem buscando alinhar-se às diretrizes do Cidade Amiga do Idoso e do programa federal Brasil Amigo da Pessoa Idosa, que exige a promoção de um envelhecimento ativo, cidadão, respeitoso. Contudo, uma cidade só é verdadeiramente amiga do idoso se a sua máquina pública estiver preparada para nos atender com dignidade. E é exatamente aqui que a LDO 2027 fale de forma dramática.

Nós viemos denunciar o desmonte orçamentário do Programa 401: suporte administrativo. Este é o programa que estrutura a máquina pública e que treina os servidores e que moderniza a tecnologia da Prefeitura. Ao analisarmos as planilhas, descobrimos que o

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 44 DE 57

orçamento de suporte administrativo, focado na nossa geração, sofreu um corte inexplicável de 50%. O valor, que era irrisório, caiu de 76.864 em 2026 para apenas 38.666, em 2027.

E o que esse corte significa, na prática, para a população idosa? Significa a institucionalização do etarismo nos balcões da Prefeitura. A prova disso é que a Ação 2180, destinada à capacitação de servidores, que recebeu a quantia de apenas 893.000 para o ano de 2027 inteiro.

Perguntamos: como a Prefeitura pretende treinar médicos, assistentes sociais, guardas civis e atendentes das subprefeituras com as especificidades físicas, mentais do envelhecimento, com 893.000 por ano? Isso fere o Estatuto da Pessoa Idosa e a Política Nacional do Idoso, que exige obrigação do Estado a capacitação e formação contínua dos recursos humanos nas áreas de Geriatria e Gerontologia na prestação de serviço.

Por isso, de forma muito respeitosa, mas com a firmeza de quem não aceita essa invisibilização pela burocracia, solicitamos oficialmente à Relatoria e à SEPLAN a devolução integral e a ampliação desse recurso. Requeremos que esta Comissão utilize os mecanismos técnicos de anulação e suplementação de dotação para repor e multiplicar o orçamento do Programa 401.

Exigimos a injeção de recursos sob a forma de dotação exclusiva, para criarmos uma grande escola de formação de Gerontologia para os servidores e para modernizarmos o sistema da tecnologia de informação voltado à pessoa idosa.

Uma cidade não se torna amiga da pessoa idosa apenas com diplomas e discurso. Ela o faz com treinando sua equipe e adaptando sua estrutura. Contamos com a sensibilidade desta Casa para corrigir este corte e garantir que o atendimento público da cidade de São Paulo respeite o nosso Estatuto.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Próximo, Sr. Alex Albuquerque. E logo após, Sra. Maria de Deus.

**O SR. ALEX ALBUQUERQUE** – Primeiramente uma boa tarde a todos, boa tarde à



REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 46 DE 57

colocando à disposição do COM, trazendo para nós obras do território que estavam inacabadas, nós não teríamos conseguido mais de 3 milhões em processos em um mês, dois meses. Nós sabemos como funciona. Se você não tem a licitação, você não consegue rodar.

Peço, por gentileza, que nós, como CPM, tenhamos assessorias, algum formato de assessoria, porque nós somos lideranças, trabalhadores da região, mas conhecer a máquina por dentro é uma realidade que exige uma assessoria. Quem tem isso é o Executivo, é a subprefeitura.

Muito obrigado a todos.

É isso aí, parabéns e justiça social já. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – A próxima inscrita é a Sra. Maria de Deus e depois a Sra. Elisabete Barão. Faltam 15 minutos para o encerramento, e nós teremos mais cinco pessoas para falar, está bom?

**A SRA. MARIA DE DEUS** – Em respeito a todos os presentes, eu cumprimento o Presidente, João Ananias, os Vereadores, os técnicos da Secretaria e a nossa querida Luzia, que nos representa no Movimento dos Idosos. Um bom dia a todos.

O meu tema é sobre educação. Vou ser o mais breve possível para não ultrapassar o meu tempo e não ficarmos nervosos. É muito importante que os senhores nos ouçam, mas também é muito importante a devolutiva que nós queremos dos senhores. Portanto, queremos ouvi-los, sim, na devolutiva. (Palmas)

Muito bem, eu quero falar sobre a educação, principalmente a educação de adultos e de pessoas idosas. O município de São Paulo é o que detém o maior número de idosos analfabetos no nosso país: são 211.000 analfabetos. E se nós falarmos de analfabetos funcionais, aqueles que não terminaram o ensino fundamental, o número chega a 500.000 pessoas na cidade de São Paulo.

Olha, nós estamos falando de um número muito expressivo, praticamente 9% da população do município de São Paulo está nesse nível. Os analfabetos funcionais sequer terminaram o ensino fundamental, e vocês sabem do que nós estamos falando? Imaginem o que

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 47 DE 57

é a vida de uma pessoa analfabeta, que praticamente não consegue ler os dados oficiais, os programas sociais, enfim. A Secretaria de Educação, por sua vez, diz que a demanda para a EJA caiu 80%. Como assim? Do que é que nós estamos falando? Há 500.000 analfabetos funcionais e 211.000 idosos analfabetos, e a demanda caiu? Ora, alguma coisa está errada. Onde está essa demanda? Está nas periferias, está nos NCIs, é disso que nós precisamos.

Eu quero falar rapidamente, vou tentar resumir: o novo PNE explica muito bem que as classes da EJA não precisam necessariamente ser dentro das unidades escolares. Elas podem ser dentro dos NCIs, mas atreladas à educação formal, com professores nessas unidades. É isso o que nós estamos defendendo, um novo PNE.

Para finalizar, eu só queria trazer alguns dados, que são muito importantes.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Já passou o prazo da senhora, já está em 3min15seg.

**A SRA. MARIA DE DEUS** - Um instante: o que a Prefeitura Municipal está gastando com educação infantil, por meio das escolas parceiras em convênio com o Poder Público Municipal, são mais de 3 bilhões de reais, mais precisamente, 3.629.077.000 reais. Já com a manutenção da educação básica das unidades educacionais regulares, o valor é 1 bilhão de reais, vejam esse dado, 1 bilhão para as escolas regulares.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Concluindo...

**A SRA. MARIA DE DEUS** - Tudo bem, só um instantinho, isso aqui é muito importante: para a EJA vocês sabem realmente qual é o orçamento? No orçamento total de 28 milhões, a educação de adultos recebe apenas 0,72% e a de idosos é um pouco menor: 0,5% do orçamento.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Agora tem a palavra Elisabete Barão e, logo em seguida, Maria de Fátima Pereira. Eu acho que vão ser só as duas a falar para encerrarmos e passarmos a palavra para o Secretário, por três minutos.

**A SRA. ELISABETE BARÃO** - Bom dia a todos. Serei muito breve. É o seguinte:

queria agradecer à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social que liberou a verba para o polo cultural, porque desde fevereiro oito oficinas estavam paradas por falta de verba e foi um caos, porque muitos idosos sofreram quedas, inclusive com fratura de fêmur, porque a musculação faz muita falta para nós, idosos, além das outras sete oficinas. Então, liberaram a verba e, agora, dia 2 de junho, retornam todas as oficinas, que funcionarão até dezembro.

Além disso, temos o curso de alfabetização, no qual temos a nossa professora de português e eu, que sou a professora de matemática. O exemplo da luta do idoso pelo aprendizado é aquela senhora de uma turma antiga, vestida de cor-de-rosa, que está com 90 anos. Ela vai todos os dias ao nosso curso porque queria aprender a assinar o nome bonito, pois foi convidada para ser testemunha do casamento da neta. Então, isso só nos orgulha.

Muito obrigada pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Dona Elisabete. A próxima a falar é Maria de Fátima Pereira, e logo na sequência, Marcelo Siqueira Moreira.

**A SRA. MARIA DE FÁTIMA PEREIRA** - Boa tarde a todos. Eu me chamo Fátima Pereira, sou Professora voluntária no serviço público mesmo após a minha aposentadoria. Gostaria de convidá-los para conhecer a nossa experiência no Polo Cultural da Terceira Idade do Cambuci, onde, desde 2025, nós mantemos, graças aos esforços da nossa diretora Tina Cruz, uma sala de aula que tem uma frequência regular com pessoas idosas. Nós não atendemos apenas adultos, nós temos público 60+. A nossa aluna mais idosa tem 92 anos e frequenta as aulas. Temos leitura, escrita, caligrafia, matemática e inclusão digital todos os dias. Nós temos um telecentro e pedimos que não o desativem, porque já houve uma época em que nós ficamos muito preocupados com a possibilidade de fechamento desse telecentro, que nos garante acesso aos materiais.

O que nós fazemos lá? Nós atendemos de segunda a sexta. As pessoas frequentam e é tudo na base da doação de material. Nós fazemos atividades pedagógicas com material reciclado. Por exemplo, trabalhamos com tampinhas de garrafa pet. E estamos convidando todos

os senhores para conhecer a nossa experiência. Nós não estamos ligados à Secretaria de Educação e, talvez por conta disso, tenhamos uma dificuldade maior, que é a de financiamento. Essa linguagem de dotação orçamentária, que estamos aprendendo aqui, para nós lá na ponta, é uma coisa que está em outra instância. Deixamos para os senhores esse tipo de linguagem técnica, mas lembrem-se: lá temos quase 600 pessoas cadastradas. Temos pouco espaço e precisaríamos de mais devido à procura. Enganam-se aqueles que pensam que não existem mais pessoas analfabetas. Existem mais de 2 milhões pela estatística do IBGE, em São Paulo, e esse número cresce porque, a partir do momento em que nós abrimos a sala, começaram a aparecer as matrículas e a procura, as famílias trazendo a mãe, o pai, o irmão. Também estamos atendendo as PCDs. Criança não, porque nós somos terceira idade, minha amiga.

Aí, o que acontece? Nós estamos atendendo com o que temos de melhor. Nós somos seis voluntários, seis pessoas voluntárias. A professora de matemática, que eu digo que é a pessoa, a professora melhor do mundo. Temos uma de caligrafia, duas advogadas, uma arquiteta, três pedagogas, todas trabalhando e ensinando.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado. Parabéns pelo trabalho. Acho que isso é importante.

Próximo é o Marcelo Siqueira. Logo em seguida, Gilberto Macedo.

**O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA** - Obrigado. Bom dia a todas. Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome de todas as mulheres, a Luzia, a Vanessa Bianchini, que é da Casa Civil, a Luzia, representando os movimentos populares e os idosos. Quero também cumprimentar a Mesa através dos Vereadores, através de João Ananias, que foi conselheiro participativo em Sapopemba em 2014. A gente viu nessa época também.

E, pessoal, eu vim aqui, além de representar o CPM Lideranças SP. Para quem não sabe, CPM Lideranças não é o CPM que é o Conselho Participativo Municipal; é Coletividade e Participação em Movimentos de São Paulo. Muita gente confunde a nossa sigla com CPM, mas é CPM Lideranças SP. E falo em nome também de vários movimentos de sociedade civil que

nos representam dentro do próprio CPM Liderança SP.

Nós fizemos uma análise do PL 299 e do Anexo III, que fala das Metas e Prioridades. Uma coisa que a gente fez questão de fazer uma análise foi da Portaria 06, que SEPLAN fez questão de implantar este ano dentro da cidade de São Paulo. Uma portaria muito antidemocrática, que a gente precisa estar falando muito sinceramente.

Nós vemos aí que a Prefeitura tem um discurso de falar de participação popular, de controle social, de orçamento cidadão e fortalecimento dos conselhos. Mas quando analisamos a regulamentação real do processo, vemos outra situação. Hoje o povo propõe, mas a Prefeitura decide, as secretarias definem o que é viável, o que entra, o que sai e o que pode ser executado. E o mais grave: a nova regulamentação reduz mecanismos de participação direta da população, inclusive enfraquecimento da votação popular. A votação popular foi tirada do Orçamento Cidadão agora.

Para concluir, João Ananias eu faço algumas perguntas.

Se o orçamento é cidadão, por que a decisão continua centralizada exclusivamente no Executivo?

Outra preocupação é o enfraquecimento progressivo do Conselho Participativo Municipal, que hoje faz aniversário. Tem uma legislação e hoje o Conselho está fazendo aniversário, dia 27 de maio. O CPM não pode virar apenas um órgão consultivo ou auxiliar administrativo da Prefeitura. O CPM nasceu para fiscalizar, para territorializar o orçamento, representar os bairros e aproximar o povo das decisões públicas.

Depois nós vamos protocolar, João, as nossas propostas reais, que não vai dar tempo para a gente falar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Marcelo.

O próximo é Gilberto Macedo e, logo em seguida, a Hanna Míriam.

**O SR. GILBERTO MACEDO** - Boa tarde a todos.

Eu quero falar hoje como cidadão, porque hoje existe uma sensação muito grande

na população que a Prefeitura chama para participar, mas quem continua decidindo tudo é o próprio Governo. A população participa das reuniões, leva proposta, discute prioridades, fala de problemas do bairro, mas depois muitas propostas somem, são rejeitadas, são alteradas ou ficam sem execução. E fica a pergunta: que tipo de participação é essa?

O povo quer participar de verdade, não apenas ouvir apresentações prontas. Hoje, o trabalhador, a dona de casa, o ambulante, o estudante e o idoso querem ter voz sobre saúde, transporte, habitação, drenagem, obras e prioridades da cidade. Mas o que vemos é um processo cada vez mais técnico, burocrático e centralizador. Nós queremos uma cidade em que a periferia tenha voz, em que os conselhos sejam respeitados e as propostas populares tenham garantia real de execução, porque a participação popular não pode ser apenas cerimônia.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado.

Próxima é a Hanna. Logo em seguida, Regina Divina Machado.

**A SRA. HANNA MÍRIAM** - Oi, boa tarde a todos.

Eu vinha numa fala, quando eu ouvi todos falando, parece que os nossos problemas só mudam de endereço. Aí eu vi essa necessidade de falar da intersectorialidade, porque aqui a gente fala de idoso, a gente fala de educação, a gente fala de criança. Mas todos os problemas que nós temos, se houvesse uma intersectorialidade de tudo, você conseguiria resolver muitos dos problemas. O que eu vejo que não tem.

Você vê que o idoso precisa da educação, precisa da assistência social, precisa de ambas as pastas, e não tem essa intersectorialidade ajudando. Precisava de um comitê de conselhos para poder estar ajudando nessa parte também, porque a gente sente essa necessidade dentro do CPM. Como o Alex falou, o CPM precisa desse apoio.

Eu não faço parte do CPM, mas eu faço parte do conselho de saúde, faço parte do conselho do hospital, eu faço parte do conselho de obras. Nós falamos: “Ai, eu preciso da calçada”, tem bairros que não têm nem calçada. As pessoas andam um, dois quilômetros a pé, que ainda não tem, sequer chegou a rua pavimentada. Está chegando agora, estamos vendo

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 52 DE 57

fazer, mas, assim, não tem um CEP. Ele falou do CEP, tem bairros inteiros.

Quem não conhece o Cerejeira? Quem não conhece o Cemitério do Cerejeira? Você conhece o Cemitério do Cerejeira, mas o bairro do Cerejeira, em si, não tem regularização fundiária, não tem um CEP. A pessoa não tem um CEP, ela não consegue receber nada. E não só isso. A maioria dos nossos bairros do fundão estão assim.

Então é isso que eu peço. Eu peço a regularização fundiária dos bairros, porque sem a regularização não chega serviço. Nós sequer podemos pedir um serviço para ser feito. Então é isso que eu peço para vocês hoje.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Hanna.

A próxima é Regina Divina Machado; depois Rosângela Souza Santos.

**A SRA. REGINA DIVINA MACHADO** - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Vanessa.

Eu normalmente falo dos idosos, mas agora eu vou falar, como eu sou CPM Mooca, sou suplente, mas vou falar em defesa do CPM como conselheira suplente.

Na Mooca, 2025 não está correto. Vou te passar a planilha porque no final do ano nós aprovamos diversas obras a toque de caixa. Porque é um problema que nós temos: nós escolhemos as obras com os munícipes, apesar que dessa vez foi retirado os votos, mas elas são consideradas viáveis. E muitas delas, por algum motivo no meio do caminho, acabam não acontecendo. E muitas vezes esse dinheiro volta para a gente decidir novas coisas muito em cima. Então parte acaba voltando para o Tesouro e parte a gente consegue.

No ano de 2025 nós conseguimos... Eu vou te passar a planilha do que está sendo entregue. E, aí, já foi empenhado ano passado e agora que está sendo entregue e está sendo pago. Então por isso que você encontrou aquele vazio de liquidado. Então eu vou te passar a planilha do que a gente conseguiu fazer.

E esse ano acho que a gente vai ter que fazer a mesma coisa, porque o ano passado, aquilo que ela está falando de orientar a secretarias do que é aprovado, como fazer, tornar viável

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 53 DE 57

ou não, eu acredito que é bom para impedir que muitas coisas acabem se tornando viáveis e depois não são concretizadas.

E eu estou falando pelo CPM porque, enquanto não for instituído o conselho dos representantes, é o que nós temos, o Conselho Participativo Municipal. E temos que privilegiar, porque é o meio que a gente tem para falar com o Executivo e até mesmo aqui com o Legislativo.

Então, seria só isso. Depois vou passar para a sua assessoria a planilha.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Tá bom. Obrigado.

A próxima é a Sra. Rosângela. Depois, o Sr. Brian de Souza e a Sra. Luciana Teixeira.

**A SRA. ROSÂNGELA SOUZA SANTOS** – Bom dia a todos, à Mesa presente e a todos os presentes aqui.

Bom, são dois pontos, eu vou ser breve.

Desde 2021, iniciou-se o processo de regionalização do orçamento com o indicador que eu vou ler aqui: o Indicador de Distribuição Regional de Gastos Públicos. Ele define um *ranking* de vulnerabilidade social.

Sugestão: o Orçamento Cidadão precisa seguir também a regionalização. Não dá para comparar aqui que uma Subprefeitura com 700 mil habitantes figurando em terceiro lugar no índice de vulnerabilidade social receba o mesmo orçamento de uma Subprefeitura que não integra esse *ranking* e que também tem 300 e 400 mil habitantes. Nós não queremos benefícios, nós queremos só a proporcionalidade do que é correto.

Então, eu acho que a gente precisa regionalizar o Orçamento Cidadão. Essa é a primeira sugestão.

Uma pergunta, Sr. Presidente, que V.Exa. colocou sobre a aplicação do Orçamento Cidadão e o não cumprimento. Eu vou responder a minha visão. Hoje, o recurso do programa de 10 bilhões está para todas as Secretarias. O programa é aberto. Então, o que acontece? Quando o recurso é direcionado para as Secretarias... Eu vou fazer a leitura para a gente não perder tempo aqui.

Bom, os recursos do Orçamento Cidadão não deveriam ser repassados às Secretarias. Se a proposta é viável, está dentro da competência da pasta, ela deveria ser executada com recursos próprios, como era antes. Então, quando essa proposta é licitada, caso ela vá para uma Secretaria, o valor remanescente que sempre há, não retorna para o Orçamento Cidadão. Basta a gente ver o monitoramento.

Então, respondendo à sua pergunta, na minha visão, os grandes problemas que nós temos são relacionados às Secretarias. Elas têm orçamentos de bilhões. Gente, 10 milhões é tirar doce da mão de criança, tirar isso do CPM.

Então, essas propostas, eu defendo que elas fiquem na Subprefeitura, que sejam aplicada em zeladoria e melhorias de bairro.

Por fim, todas as falas, gente, são muito importantes. Quando o tempo é excedido, a participação dos demais acaba sendo prejudicada. Respeitar o tempo de fala é também um exercício de empatia, cidadania, respeito coletivo e participação social. Agradeço aos colegas agora no final que falaram dois minutos para dar oportunidade dos demais falarem.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado, Sra. Rosângela.

O próximo é o Sr. Brian de Souza e depois a Sra. Luciana Teixeira.

**O SR. BRIAN DE SOUZA** – Sou homem, 1 metro e 80, tatuado.

A respeito do tempo das falas, acho que é importante a gente levar em consideração também a individualidade de cada um que vem falar. Porque eu sei que, com 35 anos, o meu raciocínio, a minha velocidade de fala é diferente, por exemplo, de uma pessoa idosa. Então, o modelo da audiência pública precisa ser revisto, não é?

Eu vou ler aqui também, está bem, gente?

Porque muito se fala sobre a importância de ter uma sala como essa lotada num dia de audiência. Só que na prática, o que a gente escuta é que isso é um problema. E não pode ser um problema a participação popular, tem que ser uma solução a participação popular.

Do jeito que está, a gente está flertando com uma humilhação pública. Por que qual que é o raciocínio que se constrói em três minutos? Não existe. Não existe esse tipo de coisa, não é? E aí, escalando isso, qual que é a capacidade que a gente tem de escalar essa participação popular? Porque se 0,1% da população da cidade resolvesse participar de uma audiência pública, o que ia acontecer? Como isso seria feito? Então, assim, a gente precisa pensar, a gente precisa replanejar. E eu queria saber de vocês qual que é a capacidade desse planejamento e dessa escala para garantir uma ampliação da participação popular.

E, por falar em participação popular, também fica aqui a minha pergunta: quando é que a gente vai tirar do papel o artigo 54 e o artigo 55 da Lei Orgânica do Município para a gente começar a dialogar de maneira mais decente com um processo participativo de verdade? Porque o que a gente tem hoje é um sequestro da democracia participativa pela democracia representativa. A gente vê isso.

Nós não estamos aqui fazendo papel de trouxa, a gente está aqui exercendo o nosso direito. E quem está no trabalho agora, por exemplo? E quem passa horas no transporte público para vir aqui, aí chega aqui, tem três minutos de fala? Aí a gente tem que ficar ouvindo cochichinho, essas coisas todas. É uma falta de respeito. É uma falta de respeito com a população e a gente não pode admitir isso, tá, gente?

E agora, para concluir aqui, a gente fala do Orçamento Cidadão e tudo mais, mas a gente está sendo enganado. Estão colocando um cabestro na nossa cara, para a gente olhar numa única direção e tirar do nosso campo de visão o orçamento total da cidade de São Paulo, que é de 139 bilhões, se eu não me engano, certo? E aí a gente fica brigando por merreca lá no nosso território, para depois a gente ver aqui 5 mil reais na Cidade Tiradentes? Pelo amor de Deus.

E, aí, a gente vai continuar reforçando isso até quando? Até quando a gente vai adotar essa postura passiva e ver essas coisas acontecendo na nossa cara e não tomar atitude nenhuma?

Então, eu venho aqui, e fico vendo e aliás...

REUNIÃO: 21814 DATA: 27/05/2026 FL: 56 DE 57

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Conclusão, por favor.

**O SR. BRIAN DE SOUZA** – Eu nem dei “bom dia”, “boa tarde” para ninguém, mas eu vou colocar na figura da Luzia, porque ela está representando a sociedade civil. Pelo menos isso a gente está tendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado.

**O SR. BRIAN DE SOUZA** – E, para finalizar, eu queria só deixar uma última reflexão: quando é que a gente vai ter uma inversão de a política de governo se sobressair as políticas de estado aqui na cidade de São Paulo? Porque o que a gente tem é isso.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Obrigado.

Olha, eu tenho dois minutos para falar. Será a Sra. Luciana Teixeira, porque já tem outra Comissão que vai assumir aqui o espaço, está bom?

**A SRA. LUCIANA TEIXEIRA** – Bom dia. Gostaria de estar cumprimentando a Mesa e todos aqui presentes.

Eu sou Luciana Teixeira, sou fundadora do Instituto Mães Atípicas com Muito Amor do Jardim Horizonte Azul. Sou uma mãe atípica de três crianças especiais com paralisia cerebral, microcefalia e encefalopatia crônica evolutiva.

Nós nos propusemos a construir um espaço que garanta o acolhimento verdadeiro das famílias, um lugar onde a gente se sinta vista, ouvida e amparada. Mas, ao saber que esse projeto passará por análise e deliberação do CPM, uma pergunta fica no coração de todas nós: quem pode nos garantir que as nossas necessidades serão realmente compreendidas? Que a nossa dor será entendida? E que nossas lutas serão acolhidas por esse conselho? Porque nós, mães atípicas, sabemos o que é se dedicar 24 horas por dia, cuidar, lutar e amar de um jeito que só nós sabemos. Desculpa, estou nervosa.

E hoje, mais do que um projeto, nós pedimos atenção para quem cuida. Olhem por nós, entendam a nossa realidade e nos deem a certeza de que não estamos sozinhas nessa caminhada.

Que o CPM possa nos receber com o coração aberto, pois o que pedimos é dignidade e acolhimento para nossas famílias.

E, para finalizar, além de pedir um espaço de acolhimento para as mães atípicas, pedimos também um CER, um Centro de Especialidade de Reabilitação com urgência na M'Boi Mirim, porque, através desses atendimentos, conseguimos diagnosticar nossas famílias neurodivergentes.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Conclusão, por favor.

**A SRA. LUCIANA TEIXEIRA** – Para poder concluir...

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Preciso encerrar.

**A SRA. LUCIANA TEIXEIRA** – Não. Só um minuto.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Nós temos prazo.

**A SRA. LUCIANA TEIXEIRA** – Você está tirando o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE (João Ananias)** – Dou como encerrada a audiência pública. O espaço é só até às 15h. Obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

**A SRA. LUCIANA TEIXEIRA** – Com microfone ou sem microfone eu vou finalizar.

- Manifestações fora do microfone.